

# «A Sementeira», do arsenalista Hilário Marques

## I

O presente trabalho é uma pequena monografia, simultaneamente, de uma publicação anarquista importante a vários títulos e do homem, do militante que foi o seu principal impulsionador.

A história da primeira não seria cabalmente compreendida desconhecendo ou menosprezando a história do segundo. E esta será utilmente iluminada por um olhar analítico mais rigoroso sobre aquela.

Por outro lado, quisemos tentar apanhar o actor principal sob o foco de três projectores distintos: o que põe em evidência a sua actividade profissional; o que descreve a sua trajectória militante; e um terceiro que entreabrisse a porta a comportamentos menos públicos.

*A Sementeira* é o título da revista de propaganda e doutrina anarquista mais duradoura do primeiro quartel deste século. E é também o grande empenho militante, a «obra-prima» de Hilário Marques. Mas, simultaneamente, é apenas um período e um aspecto da vida de um homem que entendia esta como uma «sementeira» mais vasta: de conhecimentos, de atitudes, de exemplos práticos.

É das condições, da coerência e das contradições deste projecto que aqui procurámos dar conta.

## II

### A SEMENTEIRA

#### 1. PONTOS DE REFERÊNCIA

*A Sementeira* é pois o título de uma publicação periódica que, sem ostentar embora a designação de anarquista, ocupou um lugar muito importante na imprensa libertária do princípio do século.

Com efeito, o seu primeiro número vem a público em Setembro de 1909, caindo o derradeiro em Agosto de 1919. É certo que, como veremos, houve uma suspensão prolongada na sua publicação — entre Março de 1913 e Dezembro de 1915 —, mas, tomando como referência as datas

\* Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

N. B. — Por razões de aligeiramento do texto, preferimos não referenciar sistematicamente as informações, expressões ou vocábulos citados. O leitor interessado poderá confirmá-los nas fontes utilizadas. Unicamente se mantiveram as notas explicativas ou referentes a outras fontes.

extremas, estamos de facto perante o periódico libertário que, sob o mesmo título, maior longevidade atingiu no panorama da imprensa anarquista portuguesa.

Descrevendo com mais detalhe os seus marcos cronológicos, podemos assinalar que a colecção se articula em duas séries, cada uma delas com dois volumes. Sendo mensal a periodicidade da revista — desde o início até final —, a sua publicação foi pensada em termos de poderem ser reunidos num único tomo os exemplares de cada volume, pelo que a numeração das páginas é seguida, e os editores procuraram — na medida do possível — encerrar cada volume com um índice geral e encadernação, o que chegou a obrigar à reimpressão de números antigos ou ao pedido de devolução de números esgotados por seus possíveis detentores.

Temos assim um *primeiro volume*, constituído pelos três primeiros anos da revista, ou seja de Setembro de 1908 a Agosto de 1911, volume preparado, encadernado e vendido como tal pelos editores. Trata-se dos n.ºs 1 a 36.

Temos, em seguida, um *segundo volume*, compreendendo os quarto e quinto anos de publicação, ou seja entre Setembro de 1911 e Fevereiro de 1913, altura da suspensão (n.ºs 37 a 52). Este volume, embora encadernado e vendido como tal pelos editores, não foi por eles considerado como terminado e, por exemplo, não apresenta índice geral.

Passando àquilo que foi a segunda série (onde coexistem uma numeração própria e o seguimento da de origem — à qual, pela nossa parte, faremos sempre referência), há um *terceiro volume*, que compreende os dois primeiros anos desta série, ou seja de Janeiro de 1916 a Dezembro de 1917 (n.ºs 53 a 76), devidamente encadernado e editado com um índice geral.

Finalmente, encontramos o *quarto volume*, compreendendo os terceiro e quarto anos de publicação desta série, isto é, de Janeiro de 1918 a Agosto de 1919 (n.ºs 77 a 93), e que, constituindo o remanescente da colecção, já só foi objecto de encadernação, mas não teve direito a índice próprio.

Ainda como informação introdutória, devemos assinalar que *A Sementeira* era editada em Lisboa, tinha como subtítulo a menção «Publicação Mensal Ilustrada — Crítica e Sociologia», que nos merecerá adiante mais algumas reflexões, e foi, desde o princípio até ao fim, propriedade de Hilário Marques, que assegurava igualmente as funções de director. Entre Novembro de 1910 e Outubro de 1918 há ainda menção do cargo de editor, na pessoa de Ismael Pimentel, o qual é substituído pelo mesmo Hilário Marques daí até final. Tudo isto, precise-se, em cumprimento da lei, como mostra o facto de, em cada número, se ler junto: «Formulaire de la loi sur la presse en Portugal», sublinhando, para francês ver, o uso instrumental que desses cargos se faria.

## 2. CONTEÚDO

Já vimos que se trata de uma revista, e não de um jornal. A sua periodicidade mensal, rigorosamente cumprida<sup>1</sup>, salvo casos de força maior, bem como a linha mestra da sua orientação, fazem que estejamos perante

<sup>1</sup> O dia do mês da saída d'*A Sementeira* variou: menos rigorosa inicialmente, é de 5 a 10 durante o segundo volume; e no dia 1 na 2.ª série

uma publicação onde o ideológico prima sobre o político, o doutrinário sobre o analítico, a formação sobre a informação, o texto sobre a imagem <sup>2</sup>.

No entanto, o facto de não ser uma revista ecléctica — como no seu tempo outras, também de anarquistas, o pretenderam ser — não significa que fosse concebida como uma leitura unicamente para militantes ou iniciados. Era uma revista «de ideias», sim, como o subtítulo «Crítica e Sociologia» deixa perceber, mas feita para um largo leque de leitores, onde se privilegiaria certamente o esforço individual de autodidactismo e de cultura, mas não particularmente este ou aquele grupo social, mais os operários que os pequenos burgueses, menos os camponeses que os cidadãos, as mulheres que a juventude, etc.

Numa primeira leitura da sua colecção, e sem fazermos por agora distinções de fases cronológicas, podemos relevar que os *grandes temas* que prenderam a atenção dos editores foram três:

- A *afirmação de princípios ideológicos e organizativos*. Do princípio ao fim, é certamente esta a preocupação maior d'*A Sementeira*, que lhe dá o cariz doutrinador que é o seu.
- As *grandes questões internacionais*. Convictos de que a «questão social» é, antes de mais, internacional, eis porque *A Sementeira* dedica larguíssimo espaço a problemas como a guerra, a repressão e sobretudo as tempestades revolucionárias que, desde 1905 a 1919, assolam países como a Rússia, o México, a Alemanha ou a Hungria.
- E, finalmente, a *actualidade política nacional*, onde a República está no centro de todos os problemas, como proposta de acção política até 1911; como repressão governamental antioperária e antianarquista, depois disso.

Se passarmos agora a considerar, não já o conjunto da colecção, mas cada uma das suas fases, e tendo por objecto de pesquisa os frontispícios da revista — onde, por imposição de espaço, apenas cabia, em regra, um único artigo, fosse editorial ou não —, observaremos que o primeiro volume (até ao Verão de 1911) se caracteriza por apresentar quase sempre um editorial não assinado, as mais das vezes sobre a actualidade nacional. Diferentemente, no segundo volume (até 1913), a revista inicia-se sempre por uma biografia de um notável anarquista estrangeiro, com o respectivo retrato, o que pode mostrar a predominância, nesta fase, da preocupação da formação ideológica. Finalmente, nos terceiro e quarto volumes predominam os temas revolucionários de dimensão internacional, com particular realce para a situação na Rússia a partir de Junho de 1917.

Paralelamente a esta evolução temática, pode também desde já apontar-se uma outra: a de um progressivo empobrecimento da participação dos editores — com as suas preocupações nativas — na feitura dos editoriais e primeiras páginas, em proveito de documentos vindos de longe que veiculam questões sempre um tanto exógenas. O trabalho de redacção, por portugueses, é a pouco e pouco convertido em trabalho de tradução.

Mas quais eram as intenções explícitas dos editores? É já em si significativo que a revista raramente se centre sobre ela própria. Encontramos

---

<sup>2</sup> Do ponto de vista gráfico, *A Sementeira* sofre sobretudo das limitações técnicas da tipografia da época: as gravuras publicadas só raramente se referem a motivos de actualidade.

sempre, nas últimas páginas, uma incansável informação administrativa respeitante à revista, mas muito raramente se extravasa esse quadro. Em tudo e por tudo, encontramos apenas três números onde é a própria *A Sementeira* o motivo da sua primeira página: no primeiro número, um editorial, «Ao aparecer» (assinado por «A Redacção»), dá-nos, logicamente, conta dos objectivos dos que se lançam na empresa. Aí se lê que «*A Sementeira*, aeroplano de ideias, voando por cima de todas as mentiras económicas, políticas e religiosas, na sua missão evangelizadora, através de todos os obstáculos que se lhe deparem, não sairá daquele fim a que vem destinada: propagar ideias, definir princípios, esses princípios tantas vezes deturpados e que sempre pairaram por cima de todas as misérias cerebrais de muito propagandista popular, princípios defendidos e propagados pelos Reclus, Kropotkine, Grave, Malato, Malatesta, Ibsen, Hamon, etc., princípios que nos conduzirão indubitavelmente a uma sociedade nova, livre e do Bom-Acordo»<sup>3</sup>.

Não menos logicamente, no número que abre a 2.<sup>a</sup> série, em Janeiro de 1916, o editorial «Reincidindo» esclarece:

Quando, em Fevereiro de 1913, com mágoa suspendemos a publicação de *A Sementeira*, logo prometemos reincidir. [...] Não necessitamos dizer quem somos, nem a que vimos. Pelas necessidades do nosso tempo, quando o embate e o desenvolvimento de todas as ideias exigem e interessam a colaboração de todos, e porque seria fraqueza desistir da obra começada, simplesmente vimos juntar, de novo, a nossa actividade para uma mais larga difusão dos conhecimentos sociológicos, acelerando a marcha para o dia em que todos possam e devam satisfazer todas as suas necessidades morais e materiais.

E a terceira vez que os editores se promovem a assunto primeiro da revista é em Dezembro de 1916, quando, ao entrarem em mais um ano de actividade, vêm dar parte das intenções e dos projectos imediatos que os animavam do que com eles próprios — o que é coerente com a lógica pedido aos «amigos que nos mantenham o seu apoio e nos procurem com afincos novos assinantes e compradores».

Como preocupações autopromocionais, é bem escasso. Os editores estariam certamente muito mais preocupados com o impacto das ideias que os animavam do que com eles próprios — o que é coerente com a lógica do proselitista.

## 2.1 ESTRUTURA DE UMA REVISTA

Procurámos fazer um esforço para quantificar de maneira um pouco mais rigorosa a estrutura do texto d'*A Sementeira*.

Assim, no que diz respeito às matérias tratadas ao longo de toda a colecção, agrupámos os diferentes assuntos, independentemente do seu lugar na paginação, autor e forma escrita, de modo a poder, depois, dispor de um espectro temático, susceptível de articulação por afinidades e, finalmente, de ser interpretado. Desde logo fizemos uma primeira distinção: de um lado, os textos que constituem a *mensagem compreensiva* da revista;

---

<sup>3</sup> De uma maneira geral, nas transcrições procedemos à actualização da ortografia.

do outro, aqueles espaços (textos e gravuras) de características fundamentalmente *informativas e recreativas*, como seja toda a parte administrativa, publicitária, literária e bibliográfica, a qual, sendo manifestamente *acessória* na publicação, ocupa, no entanto, cerca de *um quarto* do seu espaço impresso.

A mensagem compreensiva apareceu-nos, pois, agrupável em cerca de trinta temas, cuja análise permitiu a sua arrumação numa estrutura que se pode pensar ser indicativa do projecto que vigorava nas mentes dos responsáveis d'*A Sementeira*. Ei-la:

1. Temos primeiramente uma comunidade de elementos históricos, que vêm fornecer pontos de referência de uma identidade que, longe de ser apenas contemporânea, tem raízes sólidas num *passado*. É neste sentido que devem ser compreendidas as repetidas referências à Comuna de Paris, ao 1.º de Maio e aos Mártires de Chicago, às grandes revoluções do passado (e nomeadamente à Francesa); as biografias de figuras de grande nomeada no campo revolucionário, etc.

2. Temos, em seguida, uma preocupação de *identificação daquilo que é preciso transformar na realidade vivida*: quem é o «adversário», sua delimitação e verdadeira natureza, etc. — o que obriga a um esforço importante para criar instrumentos de análise do social, que aqui se articula à volta de quatro pólos fundamentais:

- a) O sistema económico e social (incluindo o trabalho, a questão agrária, a situação da mulher, etc.);
- b) O sistema político (incluindo o Estado democrático, as eleições, a forma de regime, as instituições repressivas, a conjuntura política, etc.);
- c) As relações internacionais (e, em particular, os conflitos e a guerra);
- d) Os costumes.

3. Temos ainda todo um grande conjunto temático que faz referência aos *meios* que devem ser utilizados para enfrentar com êxito a situação presente e que, significativamente, se articulam n'*A Sementeira* em dois grandes pólos:

- a) A acção e a organização;
- b) A educação, a ciência e a cultura.

4. Temos, finalmente, a referência ao *projecto* por que lutam os anarquistas e que se estrutura, de maneira desigual, entre as *tentativas revolucionárias* actuais; o desenho, a traço grosso, da *utopia* social proposta; e as reflexões sobre uma certa *filosofia de vida* a que, aquém e além das realidades, o anarquismo nunca deixa de fazer referência existencial.

Em termos quantitativos, a análise forneceu os seguintes resultados:

Passado ... ..	20 %
Situação a transformar ... ..	35 %
Meios ... ..	27 %
Projecto ... ..	18 %

Deste exame podemos, com alguma fundamentação, desde já ir concluindo que:

*A Sementeira*, sendo embora uma publicação de ideias e doutrina social, não é nem passadista, nem futurista ou utópica, no tipo de *démarche* intelectual que pretende seja feita pelos seus leitores.

Não descurando a comunidade de referências históricas nem de aspirações transformadoras radicais, ela emprega-se, no entanto, fundamentalmente (35 %!), a tentar dar aos que a lerem os melhores instrumentos de compreensão da sociedade presente.

Mas, não querendo ser uma revista científica ou «intelectual», ela reserva uma considerável energia para a divulgação dos meios que lhe parecem mais convenientes para a transformação desejada. Contudo, não deixa de ser significativo que, entre esses meios, a educação (no seu sentido mais amplo) apresente um peso só por si equivalente à acção operária, ao sindicalismo, à organização anarquista, à táctica, à revolta, etc. — todas reunidas.

Passemos agora à apreciação da parte propriamente doutrinal, no que se refere às tendências do amplo espectro ideológico que o anarquismo contém. *A Sementeira* — digamo-lo desde já — situa-se na corrente vulgarmente designada de «comunista», no cotejo com as suas vizinhas «sindicalista» e «individualista», e é ao estrangeiro que ela vai buscar a grande parte do material ideológico que publica, nomeadamente pela tradução de textos de autores conhecidos e também pela publicação de biografias, a que se juntam normalmente excertos das obras dos biografados.

No que se refere aos autores, podemos encontrar para cima de setenta, com textos mais amplos do que a simples epígrafe ou máxima. Individualmente, é Malatesta aquele que, de longe, a todos sobreleva, com mais de vinte textos e sem quebras significativas, do início ao fim da publicação. Depois vêm Elisée Reclus, na dezena; e Kropotkine, Paul Robin e Ricardo Mella, todos pela meia dúzia. Abaixo, é a pulverização insignificativa entre um, dois, no máximo três textos.

Por origem nacional (ou linguística), encontramos também, muito destacados, os autores franceses (com 38 %), seguidos de um grupo que se escalona entre os 14 % e os 9 %, onde aparecem os italianos, os ingleses, os espanhóis, os alemães e os russos; e apenas restando uma pequena faixa de 5 % para todos os restantes (brasileiros, belgas, americanos, etc.).

No que toca às biografias, é desde logo de referir que elas aparecem desigualmente distribuídas, pois que a sua publicação só foi prática corrente na primeira fase, desaparecendo completamente na segunda. Cabe também referir o cuidado gráfico da sua apresentação, incluindo o retrato do biografado.

Ora bem, devemos em primeiro lugar relevar duas singularidades: a de que Kropotkine é o único caso objecto duas vezes da escolha de figurar na «galeria de honra» da revista, sendo a reincidência motivada pelas manifestações internacionais a que o seu 70.º aniversário deu lugar, em fins de 1912; e a de que, entre os 41 biografados, apenas aparece um português, Tiago Ferreira, falecido em 1904, tabaqueiro e propagandista do movimento operário. Se a sua qualidade de anarquista não obstaculiza a sua presença na galeria, ela também não explica, só por si, o motivo da excepção.

No resto, estes 40 biografados distribuem-se assim: por nacionalidades, encontramos, outra vez, a maioritária presença dos franceses, com 42 % do total, seguidos dos russos (20 %), italianos (10 %) e a «poeira» dos menos de 7 %, onde figuram alemães, espanhóis, ingleses, americanos, belgas e dinamarqueses. Mas pareceu-nos interessante fazer outros tipos de ventilação: por exemplo, verificámos que, dos 40, 26 estavam mortos à data da publicação da biografia e 14 eram personalidades vivas. Quer dizer, pois, que cerca de um terço dos escolhidos eram contemporâneos dos editores, o que, sendo difícil admitir, entre anarquistas, que possa ser tomado como manifestação de «culto de personalidades», ilumina e confirma, por outro lado, a conclusão de há pouco do carácter pouco pasadista desta publicação.

Uma outra verificação interessante foi a da ventilação dos biografados pelo seu atributo principal, tal como eram apresentados: numa tipologia a quatro entradas obtivemos os seguintes resultados:

Militantes	...	...	...	...	...	...	32 %
Doutrinadores	...	...	...	...	...	...	38 %
Escritores e artistas	...	...	...	...	...	...	20 %
Cientistas	...	...	...	...	...	...	10 %

É interessante verificar como os «doutrinadores» superam os «militantes» e, além disso, como, apesar de estes dois primeiros tipos serem claramente maioritários — o que é normal para uma revista política —, os «artistas, escritores e cientistas» — necessariamente menos empenhados militantemente — obterem, ainda assim, cerca do terço das figuras a enaltecer, o que só mostra as preocupações culturais e, finalmente, a singularidade d'*A Sementeira*.

Passando agora à análise dos colaboradores portugueses, o elenco é relativamente reduzido: três nomes se distinguem dos restantes, pelo volume, importância e regularidade da sua colaboração. São eles um tal José Luís (de quem, infelizmente, não obtivemos mais elementos de identificação), Ismael Pimentel e Neno Vasco. O primeiro, para além de dois artigos nominalmente reivindicados no primeiro volume, alimenta a importante rubrica «Pela joeira» (que vai de Outubro de 1909 até ao fim) e as não menos importantes «Notas para um dicionário» (durante todo o primeiro volume). É ainda o possível autor das várias secções bibliográficas e de divulgação histórica que se seguiram ao longo da vida da revista. Podemos, de algum modo, considerá-lo como o «especialista da actualidade política» nas páginas d'*A Sementeira*.

Ismael Pimentel é, além de editor, o autor de grande número de artigos, de cunho filosófico, que aparecem regularmente ao longo da colecção sob a assinatura de *Ismaelita*, com excepção do último ano. Seria ele, pois, o «moralista de serviço» desta equipa.

Resta-nos o seu principal «ideólogo» — não falando agora do director —, que foi Neno Vasco, pseudónimo ultraconhecido do Dr. Nazianzeno de Vasconcelos, cuja colaboração se cifra não só pelos artigos publicados ao longo de toda a colecção, como também pelo importantíssimo papel desempenhado, a partir do segundo volume, na orientação da própria revista, na escolha dos textos e sua tradução, nas relações com o estrangeiro, etc.

Para além destes três, cujo papel no conjunto de actividades d'*A Sementeira* será referido adiante, encontramos depois uma série de outros colaboradores regulares: Emílio Costa, com artigos publicados em todos os volumes, salvo no último, quando um desacordo o põe em litígio com a equipa d'*A Sementeira*; César Porto, com colaboração doutrinal, mas também literária; Bento Faria, em termos semelhantes; João Branco, tal como os anteriores, sempre mais presente nos primeiros tempos do que nos últimos.

Antes de irmos mais longe, devemos chamar a atenção para o facto de, entre os citados, todos serem provavelmente dos chamados «intelectuais», o que distinguirá, por esse lado também, *A Sementeira*. Ismael Pimentel é um farmacêutico do bairro da Esperança, de grande saber e prestígio cultural. Neno Vasco, um licenciado em Direito por Coimbra, residente no Brasil durante uma década e, em Lisboa, correspondente de línguas estrangeiras de uma grande firma comercial, sendo geralmente considerado um dos mais fortes teóricos do movimento operário e do anarquismo da época. Emílio Costa é outro dos intelectuais mais distinguidos na época, engenheiro e professor do ensino secundário. Bento Faria foi funcionário superior do Banco de Portugal. César Porto, pedagogo, tal como Adolfo Lima, que igualmente foi colaborador d'*A Sementeira*, embora exclusivamente na parte literária, contribuindo com 3 peças de teatro, já na 2.<sup>a</sup> série da colecção.

De resto, se percorrermos os restantes autores de artigos ideológicos saídos nas páginas da revista, outros nomes vêm engrossar esta lista: Bel-Adam (pseudónimo de Severino de Carvalho, bom intelectual, animador da revista *Lúmen* <sup>4</sup>), Sobral de Campos (advogado, igualmente do grupo dos intelectuais desde o tempo de Coimbra, mais tarde defensor jurídico da CGT), Afonso Manaças (já médico), José Carlos de Sousa (o melhor economista entre os libertários portugueses da época) e Campos Lima (o conhecido advogado e activíssimo militante anarquista), este apenas na parte literária. Seria caso para inquirir quais os intelectuais que ficaram de fora: à primeira vista, só Pinto Quartim e Aurélio Quintanilha, entre os mais conhecidos, não apareceram a dar o seu concurso a esta revista, posta de pé e permanentemente alimentada, é bom recordá-lo, por um operário caldeireiro! <sup>5</sup>

Outros nomes houve, é certo, que não pertenceriam ao mesmo grupo: Cláudio de Lisle (pseudónimo, ao que parece, de um refugiado italiano), Fernan-Vaz, Cristiano de Carvalho, Augusto Machado, Vicente Garcia, Santos Viegas ou Gonçalves Correia — mas as suas contribuições foram aqui efémeras, tal como, na parte literária (para além dos já citados Campos Lima, Bento Faria, César Porto e Adolfo Lima), o foram as poesias de Luís Cebola, Augusto Machado, Reis Carvalho, Xavier de Paiva, Edmundo de Oliveira, Eduardo Bramão de Almeida, Manuel Ribeiro, Cláudio Manuel, Guilherme de Azevedo, Raimundo Reis, João de Deus Ramos, Joaquim dos Anjos, Vítor Luís ou Santos Fidalgo.

---

<sup>4</sup> Outra revista libertária de bom recorte intelectual, que se publica em Lisboa a partir de 1911.

<sup>5</sup> Confrontação interessante de fazer seria a da actividade publicista de Pinto Quartim, a partir de 1906, com outras congéneres, como a dos anarquistas do Porto, ou mesmo a do Hilário Marques, bem como com a obra e as posições de Neno Vasco, o outro «brasileiro» do movimento português.

Um lugar à parte é porém preciso fazer para as «trovas sociais» de Avelino de Sousa, um famoso «fadista revolucionário» que colabora com assiduidade na última fase da revista. São da sua lavra, entre outras, as trovas: «Ferrer», «Deus», «O Diabo», «O ladrão», onde diz, por exemplo:

— Valha-me a consolação  
de que os nomes 'stão trocados.  
Há *ladrões* que são honrados  
mas o «honrado» é ladrão!

Entrando, pois, propriamente na parte literária da revista, é curioso assinalar que, para além dos autores já citados, todos eles de filiação libertária mais ou menos acentuada, é praticamente inexistente a presença de trabalhos dos autores portugueses de maior nomeada. Nem Antero, nem Eça, nem Junqueiro, nem qualquer outro das suas gerações merecem a escolha dos editores. E, para além dum breve excerto de Garrett, apenas encontramos uma excepção a esta regra: a de Herculano, a cujo centenário do nascimento *A Sementeira* dá honras de primeira página, transcrevendo quatro trechos dos seus livros, para se recordar «o que o burguês cristão e liberal que foi Alexandre Herculano pensava da sua classe, dos seus irmãos em religião e mais destas duas instituições políticas que infelizmente nos regem: O Terreiro do Paço e a Mesa de Redacção».

O que encontramos, sim, são os escritores realistas estrangeiros, os homens da «literatura social», onde, uma vez mais, os autores franceses representam mais de metade dos traduzidos. Zola, Octave Mirbeau, Gorki, mas também Carlyle, Ibsen, Oscar Wilde, Sudermann, Anatole France, Bernard Lazare, Romain Rolland, Séverine e outros ocupam o lugar reservado à emoção estética da leitura, mas nem por isso divorciada das preocupações consciencializadoras da revista.

*A Sementeira* cultiva ainda com frequência o género teatral, bem como as trovas e cancioneros revolucionários, pois todos eles são considerados úteis instrumentos para que os inúmeros grupos de propaganda existentes possam realizar recitas, espectáculos e outras «veladas sociais». No género dramático, publicou peças de Lucien Descaves (*A Gaiola*), Tristan Bernard (*O Fardo da Liberdade*), Courteline (*O Sr. Alegre*), Bourgeois e Thiriet (*Riqueza*), Trapie e Garnier (*Severidades*), Eduardo Norés (*A Escala*) e os já citados Mirbeau (*A Epidemia e Horrível Crime*) e Adolfo Lima (*N'guvo, O Selvagem, Sempre Escrava? e O Meu e o Teu*). Na parte das canções é Neno Vasco quem traduz e adapta letras francesas que aparecem nas páginas d'*A Sementeira*, acompanhadas das respectivas partituras, sob os títulos: «João Miséria», «O canto da juventude... Nova», «O regimento dos revoltados», «Pobre senhorio!» e, sobretudo, «A Internacional», lançada com alguma publicidade para o 1.º de Maio de 1919 em «nova e mais correcta tradução».

Outra componente com certa importância na estrutura e na prática editorial d'*A Sementeira* são as séries. Com maior ou menor intensidade, elas percorrem toda a vida da revista, que, sendo mensal, certamente conta em boa medida com um público fiel de assinantes. Logo no primeiro volume encontramos as «Notas para um dicionário», de José Luís — verdadeiro manancial de informações bibliográficas e sobre o movimento anarquista contemporâneo e imediatamente anterior —, que se prolongam por 34 números e tentam ressurgir, sem êxito, em 1916. Mas é nesta fase que as

séries se multiplicam: um «Glossário», alimentado pelos verbetes publicados por Kropotkine em anexo ao seu livro *A Ciência Moderna e a Anarquia* (que dura 9 números); um «Resumo de história geral» (6 números); uma «História anedótica do trabalho», de Albert Thomas (11 números); um trabalho da CGT francesa com o título «O encarecimento da vida» (4 números); e dois trabalhos mais ligados aos problemas da acção revolucionária, ambos envolvendo a figura de Malatesta e que são «O Processo de Ancona» (de 1898) (10 números) e umas «Páginas velhas» (de 1889), onde polemizam Cipriani e Malatesta (abrangendo 4 números). Tudo — como se vê — envolvendo matéria que era já considerada pretérito nessa época.

E a informação? É claro que uma publicação com a periodicidade mensal como era *A Sementeira*, com o número de páginas limitado de que dispunha e com a decidida vocação formativa que era a sua nunca poderia dar grande lugar à informação. Mas, contudo, ela não é inexistente, antes pelo contrário.

Em primeiro lugar, a revista mostra fazer uma atenta e extensa leitura da imprensa anarquista e operária estrangeira, sendo, por isso, capaz de informar com tempo e precisão os principais acontecimentos internacionais. O espaço ocupado com informações, testemunhos, documentos dos processos revolucionários em curso, já vimos que era bastante importante, sobretudo com a Rússia, a partir de meados de 1917. A atitude é de claro apoio às forças revolucionárias, sem todavia ignorar (o que aconteceu a alguns outros) que os bolchevistas não eram anarquistas, mas sim marxistas, e que aqueles eram claramente minoritários no turbilhão insurreccional que varria a velha Rússia. Mas, para além destas informações, muitas outras encontramos dizendo respeito à guerra e à paz, às organizações sindicais e anarquistas, congressos, etc.; às principais lutas sociais, à repressão estatal, etc. Os países mais referenciados são, além da Rússia, a França, o Brasil, a Espanha, a Inglaterra, os Estados Unidos, o México e a Argentina, países onde a influência anarquista era indubitavelmente forte.

Em seguida, pelo que toca à informação nacional, decerto mais reduzida do que aquela, ela inclui igualmente tanto os assuntos organizativos mais importantes das associações operárias e dos grupos e federações anarquistas, como certas lutas sociais, das quais é fundamental destacar a rubrica «As greves», que, entre Janeiro de 1909 e Julho de 1911 e, depois, entre Janeiro de 1918 e Janeiro de 1919, inventaria sistemáticamente as greves operárias ocorridas e mesmo os conflitos laborais que não chegaram à cessação de trabalho. É um trabalho de sociologia aplicada, certamente incompleto, mas de que não encontramos ainda outro exemplo em publicações deste tipo.

Informação também, mas de uma outra natureza completamente diversa, é a curiosíssima rubrica «Utilidades para todos», secção indispensável a partir de 1916 e que tanto atractivo deu à revista. Tratava-se de uma «secção reservada» do director Hilário Marques, onde este dava largas ao seu gosto de coleccionador de «receitas» das mais diversas coisas — à maneira de almanaque —, publicando verbetes relativos a: agricultura e horticultura; artes e indústrias; culinária; higiene e medicina; história; várias — além das inevitáveis fases da Lua e do calendário do mês em curso!

Finalmente, a descrição do conteúdo textual d'*A Sementeira* ficaria gravemente amputada se esquecesse a importantíssima secção bibliográfica que ela contém. Com designações que se vão alterando no tempo («Publicações recebidas», «Brochuras de propaganda» ou «Leitura que re-

comendamos»), os editores d'*A Sementeira* mostram que não só estão a par de todo o movimento editorial português, no campo social, como são capazes de tratar essa abundante informação de maneira tão sistemática como crítica. Sabendo embora a forte componente «intelectual» existente nos quadros humanos d'*A Sementeira*, não deixa de ser motivo de espanto para o analista de hoje encontrar tal rigor e capacidade numa publicação, apesar de tudo saída dum movimento social revolucionário.

## 2.2 O ESTILO

Numa rapidíssima referência, cumpre assinalar que, de uma forma geral, o texto d'*A Sementeira* é cuidado e de muito boa qualidade gramatical, e mesmo literária — o mesmo se passando, aliás, com a apresentação gráfica.

É uma preocupação que se adivinha existir nos editores e que pode ser posta em paralelo com o rigor bibliográfico a que já fizemos referência. Vemo-lo, por exemplo, a propósito das gralhas que, inevitavelmente, se introduzem de quando em quando e que muito incomodam os editores.

É claro que, sendo relativamente escassos os artigos assinados colectivamente pelo grupo editor, uma análise do estilo teria de ter em consideração, separadamente, as contribuições dos principais colaboradores — o que não nos é possível agora tentar.

Porém, falando globalmente, refira-se que o estilo usual dos artigos d'*A Sementeira* se situará um pouco além do jornalismo operário corrente e aquém da prosa daqueles que, como Alexandre Vieira, cultivaram preocupações de ordem literária. E, se alguma particularidade pode ter distinguido, neste aspecto, *A Sementeira*, ela terá sido a ironia dos seus *sueños* dedicados à política nacional, o estilo mordaz e por vezes contundente das suas «deixas», quer para adversários, quer para correligionários:

Aprestam-se agora novamente para o combate eleitoral as diversas facções das várias igrejinhas políticas que geriram e que pretendem gerir os destinos da nossa sociedade. Em breve os panúrgicos rebanhos irão eleger, dentre os seus *melhores pastores*, os que lhe hão-de determinar todas as modalidades e formas de viver na envolvente teia legalitária que nos manietta. Sucedem-se os anos, sucedem-se os séculos, e a paciente e bestializante ignorância continua a manifestar-se com a mesma pasmosa e inútil actividade, esperando que da boca das urnas, e com o inofensivo papelinho, surja o pão e a liberdade por que se aneia.

Outra:

[...] Como vimos o Sr. Bartolomeu Constantino tão empenhado como o Sr. Martins dos Santos em auxiliar os republicanos na penúltima campanha eleitoral, fácil nos foi julgar que eram da mesma cor o anarquismo de um e o do outro. O Sr. Santos afiança-nos que não, que lá na sua *escola* não deu entrada o Sr. Bartolomeu. Assim será. Mas onde foi então o Sr. Bartolomeu aprender aquelas coisas?

E ainda:

João de Meneses, bacharel como toda a gente e ex-anarquista como tantos outros, achando pequeno o jornal que subdirige para os seus latidos de cão de fila das instituições, contra os libertários[...]

Ou finalmente:

Dos dois órgãos do Partido Socialista Português, um acha que o protesto dos *nostros anarquistas* contra o procedimento do Governo de Espanha se tem limitado a palavras balofas, de mistura com insultos ao operariado espanhol, o outro afirma que os anarquistas cumpriram o seu dever [...] A que se deve atribuir semelhante desafinação?

### 2.3 AS POLÉMICAS

Nos interstícios do seu discurso mais oficial, *A Sementeira* polemica bastante e muitas vezes no estilo picante que assinalámos.

Os republicanos são o destino preferido das suas setas, sobretudo na primeira fase, quer a propósito da «demagogia» que os tribunos fazem sobre a «salvação» que constituirá o novo regime, quer denunciando o seu apetite pelo poder e o desprezo que nutrem pelos problemas do povo depois de 1910.

Depois há os ex-anarquistas, também eles alvo de acrimoniosos remosques. São, quase todos, intelectuais e literatos que se proclamavam anarquistas nos seus «tempos de juventude e de estroinice» e que, com a «maturidade», se tornaram «sinceros republicanos»: Alfredo Pimenta, João de Meneses, Mayer Garção, Bourbon e Meneses, José do Vale, Jaime Cortesão, Narciso de Andrade, Lopes de Oliveira e outros.

E, como não há melhor polémica que entre próximos, *A Sementeira* não deixa de, quando é preciso, manifestar as suas discordâncias com outros elementos do movimento anarquista. Houve as pequenas e as grandes questões. Destas, a República e a guerra foram as maiores e sobre elas nos deteremos um pouco mais adiante. Das primeiras assinalem-se as seguintes:

Com a revista *Paz e Liberdade*, que traz como subtítulo «Revista Mensal Antimilitarista, Anti-Patriota, Sindicalista Revolucionária e Neo Maltusiana» e aparece, efemeramente, em 1909. Apesar de nela se referir «o nosso amigo Hilário Marques», *A Sementeira* acha que «não satisfaz aos fins que no início o seu grupo editor(?) teve em vista e nos prometeu. Aquelas [...] *tiradas*, de um humorismo indecente, não é próprio nem é propaganda»;

Com *A Acção*, no mesmo ano, «jornal que aparece quando pode e que, segundo diz, se propõe propagar a nova fase(?) do anarquismo». Depois de recorrer a uma montagem de citações daquele jornal, *A Sementeira* conclui: «E é isto então a nova fase do anarquismo? Ora meninos... empreguem melhor o seu tempo. Para *obrar* assim, gastam inutilmente papel, tempo e... energia»;

Ou ainda quando pergunta, em 1911: «Pode dizer-nos *O Agitador* o que vem a ser aquela *coisa* que, sob o título 'Sou anti-sindicalista', foi publicada no seu número 13? Pode?...»

Por estas amostras se vê que *A Sementeira* se demarca claramente das ténues expressões individualistas que o anarquismo português tem na época.

Uma outra polémica surge, na segunda fase, com Gonçalves Correia, animador d'*O Rebelde*, de Beja, a propósito das comunas ou colónias comunistas, que este propugnava, indo *A Sementeira* socorrer-se das pala-

vas autorizadas de Malatesta, velhas de uma vintena de anos, para rebater os seus entusiasmos comunitários.

É assinalemos, para terminar, o curioso facto de, nas páginas da revista, a questão da violência praticamente nunca se pôr, quando ela estava, a vários títulos, na ordem do dia. Pudor, medida táctica, ou uma certa superioridade das *ideias* em relação às necessidades da hora?

### 3. COMO ERA FEITA

Tentemos ver agora de que modo se fabricava o produto que acabámos de analisar internamente.

Em primeira aproximação, convém assinalar que, como quase todos os produtos congéneres, se trata de uma obra colectiva, sem que com isto se menospreze o papel *decisivo* que alguma individualidade — neste caso Hilário Marques — possa ter desempenhado no processo.

Já vimos que, em termos de colaboração escrita, José Luís, Ismael Pimentel e Neno Vasco foram os seus principais sustentáculos portugueses. Mas, para além destes e do próprio Hilário Marques, quem era e que realidade recobria a entidade colectiva «grupo editor» que vem mencionada nas páginas da revista? Era o tipo de grupo anarquista de afinidades pessoais e ideológicas, ou de acção, como todos aqueles que se formavam e se desfaziam sem chegarem a institucionalizar-se? Cremos que a resposta deverá ser negativa, tanto pela excepcional duração da obra comum, como pelas características que esta assumia, como ainda pela diversidade de personalidades e condições daqueles que para ela contribuíam.

Era o tipo de grupo editor como o foi o Grupo Aurora Social, que, sob esta ou outra designação, publicou no Porto essa admirável sucessão de jornais que foram *A Vida*, *A Aurora* e *A Comuna*, desde 1905 até 1927? Também não cremos, pois que, neste, a periodicidade semanal da publicação terá forçosamente criado uma verdadeira instituição, com as suas exigências próprias, que eram, neste caso, a apaixonante empresa de manter um periódico de informação anarquista. Se nele também existem figuras destacadas de militantes — como um Serafim Lucena, um Clemente Vieira dos Santos ou um António Alves Pereira —, a obra resulta porém mais anónima, com outra renovação dos participantes e sobretudo apoiada na base militante operária anarquista que a reclama e a sustenta.

Seria mais — a nosso ver — algo de parecido com a tentativa rapidamente tornada impossível do jornal *Terra Livre*, onde a capacidade e o entusiasmo ou a persistência de um indivíduo conseguem funcionar como catalisadores de um conjunto de colaborações e boas vontades reunidas parcialmente para um objectivo preciso: publicar um órgão de imprensa de boa qualidade. Num caso foi Quartim, o seu entusiasmo transbordante e as suas capacidades jornalísticas. No outro foi Hilário Marques, a sua tenacidade e método organizador e administrativo.

Não temos elementos precisos e directos para conhecermos o grau de colectivismo da obra. É de crer que os editoriais não assinados, sobretudo abundantes no primeiro volume, fossem de facto discutidos e aprovados em reunião do grupo. Mas *A Sementeira* é absolutamente muda quanto, por exemplo, à periodicidade e local das reuniões, ao contrário do seu contemporâneo *Germinal*, que, com detalhes absolutamente raros, publica em dada altura as actas das suas próprias reuniões. Pela prática corrente de então

pode pensar-se que estas se efectuariam semanalmente, mas também é possível que a periodicidade mensal da revista induzisse a outros hábitos, com uma divisão de tarefas mais pronunciada e uma coordenação geral mais alargada no tempo.

Também só indirectamente podemos obter informações sobre outros componentes do grupo editor. Assim, quando, em 1911, Hilário Marques se ausenta para Inglaterra, é substituído nas tarefas administrativas por Darwin Castelhana e Lima da Costa. Sabemos ainda que, pelo testemunho de Alexandre Vieira, era «um tipógrafo, seu colega», quem fazia gratuitamente a composição manual d'*A Sementeira* na primeira fase da revista. Mais uma pedra de colaboração para a obra propagandística.

Temos ainda a notícia (e a fotografia) de Policarpo Luís Redondo, «do grupo editor d'*A Sementeira*, vítima da revolução», que, em jeito de epitáfio, assim o homenageia no número que sai após a revolução republicana do 5 de Outubro. «O sangue dos nossos, dos camaradas queridos, lá ficou vinculado, apenas a amontoar a hecatombe enorme dos obscuros que se bateram. *A Sementeira* lá deixou um dos seus, outros dos nossos lá ficaram[...]», lê-se no importante editorial então publicado. E pel'*A Aurora* ficamos a saber que Policarpo Luís teve funeral civil, a expensas exclusivas do grupo editor d'*A Sementeira*.

Não podemos ainda deixar de referir o dono da casa de comidas sita no Cais do Sodré, n.º 88, compadre de Hilário Marques e que, desde antes da existência da revista e para além dela, serviu de local de relações públicas das suas actividades editoriais e propagandísticas. Era assim! <sup>6</sup> Tirando o tempo em que dispõe do «cacifo» (como lhe chama Alexandre Vieira) do 2.º andar do n.º 94 da Rua da Barroca, isto é, entre Setembro de 1908 e Dezembro de 1912, a sede pública da mais importante revista anarquista de então era naquela simpática taberna do Cais do Sodré que dava vulgarmente pelo nome de Feijão Encarnado!

Para além disto, só havia mais o «depósito de publicações» funcionando na própria residência de Hilário Marques, num quarto de 1.º andar deitando janela para a rua, a Rua Nova do Loureiro, n.º 45, 1.º, ao Bairro Alto, já se vê!

Como quase todas as publicações congéneres, *A Sementeira* é mandada imprimir fora, mediante pagamento. Na 1.ª série é impressa na Tipografia A Publicidade, na Rua do Diário de Notícias, n.ºs 147 a 151. Na 2.ª, num estabelecimento na Rua do Poço dos Negros, n.º 81.

A *gestão financeira* é naturalmente difícil. Para além dos frequentes apelos aos assinantes e agentes para um rápido pagamento das facturas, é de natureza financeira *uma das razões* que levaram à prolongada suspensão de 1913 a 1915. «Não foi exclusivamente o *deficit*, que não é pequeno, que nos forçou a esta resolução», diz-se no último número da 1.ª série. E, ao reabrir, confirma-se: «[...]porque os principais obstáculos desapareceram e camaradas dedicados amortizaram o *deficit*, aqui nos tens, camarada e amigo, a reincidir[...]»

Como seriam então as contas d'*A Sementeira*? Eis os dados que conseguimos apurar: em primeiro lugar, a tiragem. Ela não é indicada, nem neste, nem na maior parte dos periódicos congéneres, por razões compreen-

---

<sup>6</sup> Este local ainda hoje existe, mas com diferente referência toponímica e ocupado pela casa Garraio, de artigos de navegação.

síveis. Só por via indirecta ela nos revela este segredo, quando, numa expli-  
cação aos leitores e ao fornecer as grandes categorias das despesas do seu  
orçamento, *A Sementeira* deixa escapar esta inconfidência: 1000 exemplares.  
É possível que tal quantitativo pudesse ter sofrido variações ao longo da  
sua vida, mas já ele nos dá uma ordem de grandeza.

Segundo dado, os custos. Apenas nessa ocasião (em Janeiro de 1918)  
os leitores foram informados em detalhe sobre este particular. É assim possí-  
vel saber-se que os gastos mensais da edição se resumem, em média, a:

Composição, impressão e dobragem	11\$00
Estampilhas e fretes ... ..	3\$50
Papel ... ..	9\$00
Total ... ..	23\$50

Isto porque os editores dão, «gratuita e desinteressadamente», a *A Se-  
menteira* o seu «trabalho, luz, gabinete para a sua administração, etc.»

Terceiro dado, os preços de venda. Aqui depara-se-nos o curioso facto  
de uma revista que começa por se vender a 4 centavos (40 réis) em 1908  
e acaba a 3 centavos onze anos mais tarde! — o que sempre nos chama  
à realidade sobre as características da vida económica da época.

É claro que isto não é imputável a um processo deflacionário geral.  
De facto, no primeiro volume (1908-11), a revista apresenta 8 páginas,  
num formato de 22 cm × 33 cm, uma capa e uma artística gravura  
*hors-texte*, em papel *couché*, que vão desaparecer, por escolha consciente  
dos editores, a partir de Outubro de 1911, medida que lhes permitiu reduzir  
os custos e, portanto, o preço de venda, que passou de 4 para 2 centavos  
o exemplar avulso. «O motivo que a tais modificações nos levou explica-se,  
como é natural, pelo nosso desejo de tornar de mais fácil aquisição  
*A Sementeira* e, conseqüentemente, contribuir o mais possível para o desen-  
volvimento da propaganda anarquista», eis o que é dado então aos leitores  
em guisa de explicação.

Por outro lado, na 2.<sup>a</sup> série, o formato muda, reduzindo-se para um  
16 cm × 25 cm, aumentando o número de páginas para o dobro, isto é,  
16, pelo que o espaço impresso se mantém sensivelmente o mesmo. Mas  
lembremo-nos de que o «camarada tipógrafo» que antes compunha a obra  
já não o faz nesta 2.<sup>a</sup> série, pelo que todo o trabalho gráfico é então feito  
fora. E, como, apesar de tudo, os preços ao consumidor sobem com a  
conjuntura da guerra, aí estão os editores a terem de aumentar o preço  
de capa para 3 centavos, ao iniciarem o quarto volume, em Janeiro de  
1918:

Caso todos pagassem pontualmente as suas assinaturas e a venda  
se fizesse a \$02 centavos o exemplar, nós ainda perderíamos 3\$50 por  
mês [...] Pensem agora os bons camaradas nas percentagens dos reven-  
dedores, nos exemplares não vendidos e deteriorados e sobretudo nos  
numerosos leitores, camaradinhas apenas de língua, que, sustentáculos  
das folhas burguesas diárias, se esquivam a contribuir para os nossos  
jornais com \$02 centavos por mês, e avaliarão da imperiosa necessidade  
do aumento para \$03 centavos por cada exemplar que acabamos de  
fazer.

Eis — na prosa característica de Hilário Marques — como os militantes eram chamados às suas responsabilidades morais em questões de contas. Que *A Sementeira* não é meiga com quem não cumpre, nem quer fazer da propaganda caridade:

Aos que não satisfizerem as importâncias em dívida nem para nós tenham duas palavras de justificação suspenderemos a remessa d'*A Sementeira*, reservando para todos os que estão em condições especialíssimas de pesada dívida e longo sigilo o modo de proceder que a sua conduta reclama.

Mais tarde, em 1919, tendo o Governo «beneficiado» a imprensa com um aumento das taxas postais, *A Sementeira* avisa que aumentará ao preço da assinatura os \$12 centavos da cobrança pelo correio, para aqueles que espontaneamente não enviaram os seus pagamentos.

Mas, para além dos assinantes, a revista conta com *difusores* e pontos públicos de venda. É corrente fazer-se nela menção das condições especiais de preço para quem adquira quantidades importantes, seja da revista, seja das edições anexas, que referiremos mais adiante. São quase sempre pessoas, camaradas que individualmente assumem funções de correspondentes, mais do que propriamente instituições. No entanto, *A Sementeira* é sempre vendida nas principais sedes operárias e anarquistas, nomeadamente nas administrações de *A Vida* e *A Aurora*, no Porto, em Coimbra, na Casa do Trabalhador, em Lisboa, etc. Também se encontra à venda nos locais públicos habituais na época, o Kiosque Elegante e a Tabacaria Mónaco, no Rossio, e outros mais.

Mas, embora se saiba da comparticipação financeira do grupo editor, a situação económica da revista vive também dos donativos que recebe dos seus leitores e simpatizantes e também das taxas de câmbio, visto que nas listas dos subscritores de auxílios à publicação encontramos com bastante frequência emigrados portugueses no Brasil, nas Áfricas e em New Bedford, na América. É curioso saber como a «diáspora lusitana» pode ter ajudado — embora minimamente, se comparada, por exemplo, com o caso italiano — à propaganda libertária em Portugal.

Mas nem só apoios de portugueses obteve *A Sementeira* ao longo da sua existência: ganhou inclusivamente certa *reputação internacional*, graças sobretudo às excelentes capacidades de comunicação oferecidas, quer pelas deslocações profissionais de Hilário Marques à Europa, quer pelas possibilidades e versatilidade linguística dele próprio, de Neno Vasco e talvez doutros. Ao nível de jornais, as relações e permutas são muito intensas com *Tierra y Libertad*, o jornal anarquista de Juan Montseny, de Barcelona, e também com *Solidariedad Obrera*; com *Les Temps Nouveaux*, o importante periódico de Jean Grave; com *La Bataille Syndicaliste* e *La Vie Ouvrière*, os dois melhores órgãos sindicalistas revolucionários franceses; com o periódico bilingue de Bertoni *Le Réveil*, da Suíça; com o velho *Freedom*, de Londres, fundado por Kropotkine em 1886; com o famoso *Mother Earth*, de Emma Goldman, nos Estados Unidos; e, de uma maneira geral, com o movimento brasileiro.

São estas, de resto, as principais fontes informativas d'*A Sementeira*, reveladoras também de afinidades ideológicas e estratégicas na maneira de conceber a acção dos anarquistas naquele período histórico.

Por outro lado, há as relações pessoais com militantes estrangeiros de nomeada, as cartas certamente trocadas entre eles, de que só restam alguns indícios nas páginas da revista, como, por exemplo, quando, em fins de 1912, o «grupo de intelectuais» procurou promover a vinda de Kropotkine a Portugal, ou quando se descobre que o historiógrafo libertário Max Nettlau figura entre os contribuintes da revista.

Porém, apurámos que o «príncipe anarquista» chegou a receber a visita de Hilário Marques em Inglaterra e que este teve vários encontros com Malatesta no mesmo país, não sendo por isso difícil compreender a importância que a sua orientação assumiu sempre para *A Sementeira*.

Mas limitavam-se os editores a pôr a público — pontualmente, frize-se — a revista? Já não seria pequena, pelo que vimos descrevendo, essa tarefa que, obviamente, foi central. Porém, ela era ainda completada por um rol de outras actividades que faziam verdadeiramente d'*A Sementeira* um núcleo irradiador de promoção das ideias anarquistas. Ainda que sinteticamente, temos de fazer referência às suas edições anexas, com a publicação das seguintes brochuras:

Paul Delesalle: *A Confederação do Trabalho* (Setembro de 1909, 32 pp., 3 centavos).

Ricardo Mella: *Aos Camponeses* (Agosto de 1910, 2 centavos).

Gustav Landauer: *A Social Democracia na Alemanha* (Novembro de 1914, 2 centavos).

Malatesta: *Em Tempo de Eleições* (Abril de 1915, 2.<sup>a</sup> ed.).

G. O. N. M.: *Procriação Consciente* (Janeiro de 1922).

Bakunine: *O Sentido em Que Somos Anarquistas* (Maio de 1923, \$30).

Publicou-se igualmente, em 1911, um postal ilustrado com o retrato de Francisco Ferrer, bem como as 35 gravuras editadas em suplemento à revista, na fase inicial, e as colecções da revista devidamente encadernadas.

A todo este material se juntava um abundante stock de literatura propagandista editada por terceiros, que, no conjunto, constituía um dos melhores serviços de livraria anexos a publicações periódicas libertárias. Por exemplo, desde o início que este serviço d'*A Sementeira* conta com o material editado anteriormente pelo grupo Acção Directa (1906-8), de que Hilário Marques foi já o animador e que, de facto, lançou *A Sementeira*. São três apenas as brochuras de propaganda (Malatesta: *Em Tempo de Eleições*; Cláudio de Lisle: *A Propriedade e o Socialismo*; e Kropotkine: *O Governo Revolucionário e os Direitos Políticos*), mas às quais se vêm juntar, a breve trecho, outras, atraídas seguramente pela seriedade e pela firmeza de que davam mostras os editores: os antigos editores do jornal *A Conquista do Pão* (10 números em 1907) oferecem o stock remanescente em favor d'*A Sementeira*, o mesmo acontecendo com as brochuras de Libertas, *O Rei e o Anarquista*, Betencourt, *O Catecismo Ateu*, Adelino de Pinho, *Pela Educação e pelo Trabalho*, ou de Ernesto da Silva, *Teatro Livre e Arte Social*.

Por outro lado, *A Sementeira* torna-se o depositário em Lisboa dos jornais e publicações anarquistas nortenhos, *A Vida* e *A Aurora*, ali se vendendo periódicos e folhetos, aceitando-se pagamentos, assinaturas, etc. O mesmo se passa, reciprocamente, no Porto. De facto, há uma estreita identidade e permanente colaboração entre estes dois centros difusores do pensamento acrata.

Outro índice interessante de apreciar é a publicidade que *A Sementeira* faz nas suas páginas a outros periódicos similares. Referindo-nos apenas às «caixas» propriamente publicitárias, é curioso apreciar a austeridade dos editores que apenas reservam o seu caro espaço impresso aos jornais considerados mais representativos e qualitativamente superiores, sem se deixarem «embarcar» na impressionante explosão jornalística a que se assiste. Ali encontramos *A Vida* e *A Aurora*, claro, *O Sindicalista* (o semanário de Alexandre Vieira após o 5 de Outubro), *A Greve* (2.<sup>a</sup> série, de Carlos José de Sousa) e *A Batalha*. O resto é objecto de cuidadoso tratamento bibliográfico. Aqueles são porém os seus «iguais».

Temos ainda a assinalar duas iniciativas que, embora autonomizando-se de seguida, tiveram o seu «berço» n' *A Sementeira*. A primeira, provavelmente efémera, foi a constituição, em 1909, de um Gabinete de Leitura Social, alimentado por quotizações mínimas de 20 réis semanais e que, durante perto de um ano, funcionou no tal «cacifo» que *A Sementeira* então mantinha na Rua da Barroca. A segunda, com outro estofa, foi uma colecção-biblioteca intitulada «A Brochura Social», fundada por Lima da Costa e Neno Vasco em 1912 e que se propunha editar mensalmente, «folhetos de propaganda libertária, em edição esmerada e texto cuidadosamente escolhido», mediante o sistema de assinatura já usado em França. Conseguindo ainda publicar *A União dos Sindicatos e a Anarquia*, de Fernand Pelloutier (16 pp.), e *A Responsabilidade e a Solidariedade na Luta Operária*, de Max Nettlau (21 pp.), a iniciativa contudo fracassou «por falta de fundos», embora no ano seguinte Neno tivesse ainda feito nova tentativa, desta vez ajudado por Sobraal de Campos e Aurélio Quintanilha, sem melhor resultado.

Resta citar outro tipo de actividades, não editoriais, que surgiram sobretudo na segunda fase da revista: foi o caso de uma bem preparada excursão propagandística a Setúbal, efectuada no domingo 9 de Julho de 1916; do intento de constituição de um orfeão operário *A Sementeira*; ou de uma récita de propaganda social organizada pelo grupo esperantista La Vero em favor d' *A Aurora* e d' *A Sementeira* — tendo estas duas iniciativas por inevitável quadro o Bairro Alto e por referência temporal o ano de 1918. E várias vezes também *A Sementeira* conduziu ou ajudou campanhas de solidariedade para com presos por questões sociais.

Finalmente, para terminar esta resenha, convém ainda referirmos as *dificuldades*, os principais obstáculos que entravaram a marcha editorial d' *A Sementeira*. É redundante afirmar que as dificuldades económicas terão sido uma constante da sua vida, pelo que já dissemos sobre o assunto e por ser essa a sorte de todas as empresas do género.

Falemos portanto da censura. Ela iniciou-se contra a prosa d' *A Sementeira* no número de Maio de 1916, pouco depois da entrada de Portugal na guerra, e, desde então, os «brancos» aparecem regularmente a esmaltar as páginas da revista, sobretudo os textos de incisiva crítica nacional, como os da secção «Pela joeira», só vindo a cessar com o fim da guerra. Os finais de 1918 são mesmo angustiantes para *A Sementeira*, que vem a interromper a sua publicação por três meses, pois «só no número de Novembro a censura havia suprimido nove páginas e meia», só reaparecendo em Fevereiro de 1919. E não nos esqueçamos do conturbado contexto político nacional desses meses de após-guerra. Porém, a revista lança-se para a última etapa do seu trajecto por «sentir ser de extrema necessidade a difusão das nossas ideias».

Mais tarde, ela dirá com alguma filosofia e em comentário a certas passagens censuradas, de teor assaz inofensivo:

A censura que isto cortou era democrática, o que não quer dizer que fosse melhor ou pior do que qualquer outra.

Dificuldades de ordem um pouco diferente parecem ser as que causaram, noutras vezes, a sua não publicação. Entre o fim do primeiro volume e o início do segundo, um acerto de datas de publicação fez que fosse «saltado» o mês de Setembro de 1911, o que, por exemplo, não acontecera em Outubro de 1910, quando toda a gente, incluindo os editores, andavam numa polvorosa. Um novo eclipse no mês de Fevereiro de 1912 é justificado pelas «violências governamentais que puseram em estado de sítio todo o distrito de Lisboa».

E, quanto à grande interrupção de 1913, é o momento de se dizer que, para além de todas as outras, a sua principal causa foi muito simplesmente a ida de Hilário Marques para Inglaterra, onde se manteve em serviço profissional pelo espaço de dois anos.

Restaria inquirir as causas da cessação definitiva de 1919: desagregação do «grupo»? Cansaço do seu grande animador? Desacordos derivados da Revolução Russa? Colapso económico conjugado com a entrada numa nova fase do associativismo operário? Eis aquilo a que não sabemos responder e que só indirectamente poderemos, adiante, conjecturar.

#### 4. LUGAR D'A SEMENTEIRA NA IMPRENSA OPERÁRIA E LIBERTÁRIA

É um facto que o grande número e variedade de iniciativas editoriais por parte da corrente libertária do movimento operário constitui, simultaneamente, uma característica peculiar sua e uma fonte de atordoamento para o pesquisador.

Assim, parece-nos importante ser capaz de distinguir, por exemplo, entre as publicações de irradiação local e aquelas que se guindaram a um plano de modo a influenciarem o conjunto do território. Necessidade igualmente de distinguir imprensa propriamente operária, isto é, a das associações de classe, e imprensa libertária, conquanto esta última possa ter tido por promotores elementos operários e ser lida por gente do mesmo meio. Necessidade, ainda, de distinguir as iniciativas efémeras, vindas de grupos extremamente activos, mas pouco estáveis, que, a cada passo, reiniciavam novos cometimentos editoriais, daquelas que, sem grande formalismo embora, teciam entre um certo número de pessoas uma rede de cooperações donde saía obra duradoura, mesmo se passando por formas (títulos, etc.) variadas.

Neste último caso, *A Sementeira* é, a par da sequência *A Vida*, *A Aurora*, *A Comuna*, o melhor exemplo de iniciativa duradoura, embora haja outros. Mas, enquanto, neste último caso, estamos perante uma rede de pessoas e iniciativas que são *centrais*, ao nível de uma grande capital, ali é antes o resultado do entendimento de um grupo limitado de pessoas de grande solidez de convicções e que dispunham de apreciáveis meios de realização intelectuais, morais, financeiros, de relação, etc.

Assinalemos pois o facto de *A Sementeira* ser, de facto, uma publicação libertária, e não operária, embora tenha em vista dirigir-se generi-

camente a um público operário e popular, que ela gostaria de ver mais conhecedor, mais consciente, mais ilustrado e culto. O resultado — involuntário — deste compromisso terá consistido em que os seus leitores fossem, no essencial, a camada operária militante, os animadores dos sindicatos, os «proletários conscientes» (a tiragem vizinha do milheiro no-lo confirma), sem que tenha podido penetrar mais amplamente no meio associativo popular, como de facto um jornal como *A Batalha* foi capaz de fazer.

Mas, além disto, e como já vimos, o seu conteúdo confirma amplamente esta classificação: é, por exemplo, concludente o facto de, sendo o director um trabalhador metalúrgico, nem uma referência aparecer, ao longo de toda a colecção, aos problemas da sua profissão, indústria ou local de trabalho. E os únicos dois assuntos — afora os organizativos — de incidência directamente operária que vêm estampados nas suas páginas com alguma amplitude são um estudo sobre a carestia da vida realizado pela CGT francesa e um outro sobre as condições de trabalho nas padarias, da autoria do médico libertário Afonso Manaças!<sup>7</sup> É bem pouco, o que nos vem confirmar o antiobreirismo da revista, que fez Alexandre Vieira escrever que era «uma das mais circunspectas do seu tempo».

Com efeito, se a questão operária é certamente considerada como «a principal», já, porém, o sindicalismo não é visto senão como um método — embora muito importante e decisivo —, mas não mais do que um método, entre outros possíveis, da avançada para a emancipação dos indivíduos e da sociedade no seu conjunto. São frequentes as referências à «falta de consciência» dos operários e aplaudidos os esforços para ultrapassar essa situação. Por exemplo, a propósito do Congresso Sindical e Cooperativista de 1909, *A Sementeira* escreve que «ele veio demonstrar o desejo que existe de alguma coisa se fazer fora dos moldes até hoje usados e que somente lançaram a classe operária no estado de apatia de que felizmente parece querer despertar». Ou quando, antes, lastimando a suspensão do diário *A Greve*, assim comenta:

Vimos agora, pelos jornais, que um grupo de gráficos pensa em publicar novamente esse jornal, o que bem melhor será do que ficarem-se contemplativos a olharem certas nuvens que passam rasteiras ao nosso meio.

Mais tarde, o tom permanece o mesmo quando, ao apreciar e felicitar as Conferências da UON de 1917, não deixa de pôr a nu a «incapacidade e impossibilidade do mesmo operariado, pela falta de educação, de realizar alguma coisa de proveitoso e útil [...], fazendo votos por que, no próximo congresso a realizar-se, os delegados se apresentem melhor compenetrados da sua missão e mais conscientes do papel e dos fins que um congresso tem em vista».

O bom número de páginas dedicadas à organização operária são-no sobretudo para lhe inspirar uma orientação anarquista, desconfiando dela relativamente às medidas reformistas imediatamente alcançáveis e, pelo contrário, acentuando a sua autonomia e a sua capacidade de, pela acção directa, poder operar uma completa transformação social. É, em síntese,

---

<sup>7</sup> Texto apresentado como dissertação inaugural na Escola Médica de Lisboa, em 21 de Abril de 1916.

o que propõe Malatesta. É o que, em Portugal, também defende Neno Vasco<sup>8</sup> e *A Sementeira*, o que não quer dizer que tenha sido o que fizeram os líderes anarquistas operários mais conhecidos, do tipo de um Manuel Joaquim de Sousa.

Outra questão decisiva em termos de colocação política foi a nascida com a questão do regime. Como se sabe, os anarquistas dividiram-se perante esta questão desde o princípio do século. Só que a divisão não é tão simples e tão clara — entre «puristas» e «intervencionistas» — como geralmente se crê. E justamente *A Sementeira* é um desses casos que ilustram a complexidade das posições. De uma maneira geral, ela é contra o possibilismo, reformismo, gradualismo, etc. Por exemplo, ela zurze vigorosamente o *Germinal*, de Setúbal, que durante vários anos apoia a propaganda republicana «para derrubar a Monarquia». Mas, simultaneamente, ela é intervencionista, no sentido de considerar que os anarquistas devem intervir na revolução contra a Monarquia para a levarem tão longe quanto possível.

São do importante editorial publicado em Outubro de 1910 as seguintes passagens:

É um facto a República em Portugal. Olho atento na esperançosa escaramuça, há tanto apregoada como luta decisiva e libertadora, o povo prestou-lhe o seu concurso generoso, deu-lhe o seu auxílio heróico, sanguíneo, inconfundível. Sem ele, o triunfo seria duvidoso, seria incerto [...] Porque ainda por alguns pode ser deturpada a razão da nossa intervenção, é necessário justificá-la. Ela deu-se, dizemo-lo franco e sem reservas. A colecção desta publicação atesta qual a nossa forma de luta em abono do nosso intervencionismo. Nunca elegemos, nunca queimámos incenso nem fabricámos ídolos. Nunca conspurcámos os princípios com aproximações políticas. Sempre falámos claro aos que trabalham, desbravando-lhe o caminho da sua emancipação. Julgámos que intervir numa revolução não era ajudar a afirmar o pedestal de novos amos. A revolução deu o que pôde dar. A sua resultante foi, é, a soma dos esforços dos que nela agiram, dos que nela colaboraram. Seria mais conservadora se o espírito revolucionário das novas idealizações não orientasse uma parte, ínfima é verdade, dos que se bateram. Poderia ter soluções mais radicalíssimas se a soma de todos os esforços determinasse essa solução. Pode-se, por isso, dizer que a cobardia dos abstencionistas também influiu no espírito da revolução.

Para quem antes criticava acerbamente a «ilusão» da solução republicana e aqueles anarquistas que lhe facilitavam o caminho, esta posição pode parecer paradoxal. Aqui, os mais visados são os «abstencionistas», os «puritanos», enquanto a própria *A Sementeira* se qualifica de intervencionista. E, então, de duas, uma: ou não há coerência alguma no seio do grupo editor, seja por diferentes apreciações pessoais, seja por ziguezagues tácticos estonteantes; ou estamos perante uma atitude ainda não contemplada devidamente pela luz da crítica histórica. De facto, é certo que Hilário Marques, Policarpo Luís (que morreu) e, provavelmente, outros editores d'*A Sementeira* estiveram nas barricadas e nos enfrentamentos de

---

<sup>8</sup> Havia de ver-se, em particular, o seu livro *Concepção Anarquista do Sindicalismo*.

Outubro. Daí que seja de admitir, anteriormente, uma ligação qualquer com a rede conspirativa, nomeadamente a Carbonária Portuguesa. Porém, o distanciamento ideológico é tão marcado, que essa ligação não podia deixar de repousar sobre uma larga autonomia destes «interventores». Por outro lado, se a orientação da revista é favorável à insurreição, ela não se pode facilmente confundir com os grupos de acção violenta que têm atraído mais frequentemente as atenções dos analistas interessados nas relações entre anarquistas e republicanos. *A Sementeira* é, pelo conteúdo da sua mensagem, um órgão possibilista, extraordinariamente preocupado com o papel da educação num processo libertador, e nunca um apologista da bomba ou do revólver. O que não significa que a sua atitude intervencionista pudesse ser confundida com a da Federação Socialista Livre, do já citado *Germinal* ou do tribuno Bartolomeu Constantino — exemplos de esbatimento das linhas de demarcação (tácticas ou ideológicas) anarquistas, em proveito de um certo frentismo antimonárquico (e certamente também anticlerical). Retenhamos pois o carácter bastante instrumental e baseado na avaliação estratégica de uma marcha histórica «da escravatura para a liberdade» — do intervencionismo d'*A Sementeira*, a qual avisa claramente que, «se amanhã isto, com uma revolução regressiva, ameaçar perder-se o caminho andado, o nosso esforço de novo virá à prova». Mas, em qualquer caso, «o nosso grito de ontem será como o de sempre: *Guerra aos amsos*. [...] Agora temos a vantagem do regime implantado, para dizer aos que trabalham que continuarão escravos. Se outras vantagens não advierem, esta, pelo menos, não é para desprezar».

O outro grande acontecimento que, na diacronia do anarquismo da época, funcionou como um importante factor de hesitação, primeiro, e de divisão, depois, foi a guerra europeia.

Em Portugal, esta questão não teve consequências tão profundas como noutros países, pois o grosso dos sindicalistas era de opinião oposta à intervenção na guerra — o que se tornou em mais um motivo de ruptura com os republicanos — e, entre os anarquistas, apenas uma parte significativa dos intelectuais seguiu a posição de Kropotkine. Foi fundamentalmente o caso de Emílio Costa e dos seus amigos do *Germinal* (a não confundir com o seu homónimo de Setúbal, entretanto já extinto), que se viram assim forçados a um isolamento político, o qual, se era injusto, não deixou por isso de ser menos real.

E Emílio Costa, que, embora de fora, sempre fora colaborador d'*A Sementeira* e que ainda em Março de 1916 citava amigavelmente no *Germinal* aquela revista como o exemplo de «onde se podem encontrar em boa paz alguns dos desviados guerristas e íntegros antiguerristas do nosso movimento social», é agora tratado de «Pobre Emílio», terminando, ao que parece, as relações entre os dois grupos. De referir que com Emílio Costa estavam figuras com o prestígio de um Severino de Carvalho, Adolfo Lima, Bernardo de Sá, César Porto, Miguel Córdoba, Augusto Machado e outros — quase todos antigos colaboradores d'*A Sementeira*.

Porém, esta foi inflexivelmente «antiguerrista», seguindo, também aqui, as posições de Malatesta (via Neno Vasco?) e dos anarquistas que continuavam proclamando o «derrotismo revolucionário e a fraternização dos combatentes».

Finalmente, quanto à atitude perante a Revolução Russa, a suspensão definitiva da revista no Verão de 1919 evita o enfrentar do problema que em breve iria afectar gravemente todo o movimento operário. A não ser

que a sua morte tivesse também já algo que ver com isso — pergunta meramente teórica, pois que nada encontramos para levantar a suspeita. Toda a tomada de posição d'*A Sementeira* sobre a Revolução Russa é, criticamente, favorável.

E, para terminar, não será descabido situar, ainda que muito rapidamente, o lugar deste órgão de imprensa no conjunto do movimento libertário, no que diz respeito às várias correntes e orientações existentes na época, bem como a alguns dos jornais e personalidades mais marcantes dessas mesmas tendências.

Fazemo-lo sob uma forma sinóptica, apesar dos inevitáveis erros de simplificação, por uma questão de economia de texto. Utilizámos assim um eixo esquerda-direita, representação que nos pareceu legítima, tendo em vista a relativa ortodoxia e equilíbrio das posições sustentadas pel'*A Sementeira*:

Esquerda	<i>A Sementeira</i>	Direita
Individualistas Intelectuais Partidários das comunas	Sindicalismo Educação	Reformistas Eleitoralistas Guerristas
<i>Paz e Liberdade</i> (1909) <i>A Acção</i> (1909) <i>O Agitador</i> (1911)	<i>A Vida</i> (1905) <i>A Conquista do Pão</i> (1907) <i>Amanhã</i> (1909) <i>A Aurora</i> (1910) <i>Lúmen</i> (1911)	<i>Germinal</i> (Setúbal) <i>Germinal</i> (Lisboa)
Augusto Machado Gonçalves Correia	Pinto Quartim Adolfo Lima Neno Vasco	Emílio Costa Bartolomeu Constantino João Meneses Alfredo Pimenta Lopes de Oliveira Etc.

### III

## HILÁRIO MARQUES

### 1. AS ORIGENS

Hilário Marques nasceu em 31 de Dezembro de 1877, na cidade da Guarda, freguesia da Sé. Filho de Joaquim Marques e de Conceição Maria, é curioso referir que a burocracia do Arsenal da Marinha, em 1900, apenas se interessa e regista a identidade do progenitor macho! Hilário é apenas um dos sete filhos do casal.

Do pouco que conseguimos apurar sobre esta época pudemos saber ser popular a sua origem social e ter passado já a sua primeira juventude em Lisboa, com a família, vivendo para os lados de Alcântara, à Rua de Maria Pia.

Frequentou certamente a escola e começou a trabalhar em oficinas do bairro, até que conseguiu ser admitido no Arsenal, em 1900, após ficar isento do serviço militar.

É a sua vida adulta, partilhada entre o trabalho e a actividade militante, que, de seguida, tentaremos rapidamente analisar.

## 2. O OFÍCIO

### 2.1 O ARSENAL DA MARINHA

O Arsenal da Marinha tem uma história bem antiga, que não pode ser aqui sequer evocada. Mas, porque foi a instituição onde o nosso biografado trabalhou durante perto de 40 anos, temos de a referenciar minimamente.

Em 1900, o Arsenal achava-se instalado à beira do Tejo, entre o torreão poente do Terreiro do Paço e o Cais do Sodré, e tinha o estatuto de estabelecimento fabril do Estado. Com a vinda do engenheiro francês Alphonse Croneau e da sua equipa, em 1897, as construções navais em ferro tinham tomado um novo incremento, nomeadamente com a construção, então iniciada, do cruzador *Rainha D. Amélia*. Porém, a maior parte da sua actividade seria no domínio da reparação dos navios do Estado, construindo subsidiariamente embarcações mais pequenas, de uso local.

Ao longo dos anos deste século, o Arsenal foi construindo, como navios mais importantes, além do já referido cruzador de 1683 toneladas, a canhoneira-torpedeiro *Tejo*, de 536 toneladas, depois totalmente reconstruída; a canhoneira *Pátria*, de 636 toneladas (paga pela subscrição pública dos portugueses do Brasil); uma série de 4 contratorpedeiros de 670 toneladas; uma série de 8 canhoneiras de 500 toneladas; e dois avisos de mais de 1200 toneladas, o último dos quais lançado à água em 21 de Maio de 1936, foi o derradeiro construído no velho Arsenal da Ribeira das Naus.

No tocante a efectivos, em Dezembro de 1902 contava 1637 operários, e durante todo o período em referência foi desta ordem de grandeza o quantitativo do seu pessoal operário, o que, para a época e para a sua localização no centro de Lisboa, constituiu sempre uma preocupação para os responsáveis políticos, e não só por razões da alegada pouca eficiência fabril...

Os trabalhadores estavam sujeitos a um regulamento de índole um tanto militarizante, mas que, em comparação com o regime do contrato de trabalho na indústria privada, os avantajava com alguma nitidez. São, pelo menos, claras as alusões, no meio sindical, ao espírito «funcionário» dos arsenalistas (tanto da Marinha, como do Exército) que promanaria do gozo de tais «regalias».

No caso que nos ocupa, a admissão do pessoal operário era feita quase exclusivamente pela via do aprendizado e, em todo o caso, eram exigidas determinadas «habilitações literárias», no mínimo a instrução primária.

Tirando o caso dos serventes, que desempenhavam apenas trabalhos auxiliares de limpezas, transportes, etc., os aprendizes que ingressavam no Arsenal faziam-no para uma determinada especialidade profissional, à qual ficavam vinculados para o resto da vida: era-se carpinteiro de branco ou de machado, ou serralheiro civil, ou torneiro mecânico, ou caldeireiro —

por profissão. E cada profissão correspondia fundamentalmente a uma grande secção do Arsenal, a que se dava o nome de «oficina».

Entrava-se como aprendiz e tinham de se galgar as quatro classes que compunham o aprendizado. O mínimo tempo de estada em cada uma era de 6 meses, mas raramente se baixava do ano. Por outro lado, não se tratava de promoção por antiguidade, mas sim de avaliação da capacidade profissional já adquirida. Assim, para além da informação — decisiva — dos oficiais com quem trabalhavam, aos aprendizes eram exigidos exames de passagem e a frequência da escolaridade do curso industrial, ou equivalente, de modo que o jovem só poderia passar a oficial com as «necessárias habilitações literárias e científicas», ou seja, com o curso industrial completo da sua especialidade <sup>9</sup>.

Depois entrava o operário plenamente no exercício responsabilizado da sua profissão, vigorando dentro dela uma polivalência de tarefas muito acentuada. Existiam três classes para os oficiais. Todavia, agora já não encontramos nem exames nem promoções por antiguidade, mas apenas a existência de um quadro de oficina e a necessidade de prover os lugares achados vagos. Este provimento fazia-se oficialmente pela direcção do Arsenal, a qual seguia sempre as propostas vindas das oficinas, que, por sua vez, tinham origem num procedimento «companhónico» que ajustava os pareceres da mestrança com os dos próprios oficiais, através de comissões por eles nomeadas para o efeito.

Era também de forma semelhante que dos oficiais saíam os operários-chefes, os contramestres e mestres, embora aqui com uma intervenção mais acentuada do engenheiro responsável pela oficina, mas sempre consensual com os «artistas».

Os salários reflectiam esta hierarquia. Em 1923 <sup>10</sup>, «jornais e melhorias» perfaziam uma remuneração diária que ia de 3\$ para o aprendiz de 4.ª classe até 25\$ para o mestre, o que dá um leque salarial de 1/7,6. Porém, se apenas considerarmos o leque a partir dos oficiais de officio, ele reduz-se consideravelmente para 1/1,5, o que nos diz algo sobre a homogeneidade do grupo operário. E mesmo o servente está acima da metade do vencimento do mestre. A pequena remuneração do aprendiz (que, mesmo assim, se estendia internamente de 1 a 2,6) tem pois exclusivamente que ver com esta forma específica de formação profissional e a prova está em que, sendo reconhecida por todos a insuficiência da remuneração, era corrente dividir o produto da venda da sucata pelos aprendizes.

Alguns outros elementos complementares vinham juntar-se a este salário: certos subsídios por serviços sujos (limpeza de caldeiras, etc.) ou arriscados (trabalhos na carreira ou no dique <sup>11</sup>, a grandes alturas), diuturnidades, bem como as horas extraordinárias, sobretudo quando era urgente acabar certas construções ou fabricos. Por exemplo, um despacho ministerial de fins de 1923 autorizava o Arsenal a conceder 18 000 jornais de trabalho à tarefa para adiantar a construção de uma canhoneira.

---

<sup>9</sup> Esta circunstância levava, ao fim de alguns anos, a que muitos operários trocassem o Arsenal por outras actividades, nomeadamente pela marinha mercante, trabalhando como maquinistas.

<sup>10</sup> Decreto n.º 9221, publicado no *Diário do Governo*, n.º 235, 1.ª série, de 6 de Novembro de 1923.

<sup>11</sup> Nome dado no Arsenal à doca seca, para querenagem dos navios maiores.

Mas acentue-se que, como era uso na época, a remuneração era à jorna, o que significava que as faltas não autorizadas, os domingos, os feriados, etc., se traduziam por imediatas reduções de vencimento. E mais adiante veremos como este operariado fazia face — por sua auto-iniciativa — à situação de doença ou acidente, perante consequências económicas do mesmo tipo.

Porém, havia o direito à reforma, trazendo o operário o ordenado por inteiro ao fim de 37 anos de serviço; e havia também já sido instituído o direito à licença com vencimento dos funcionários públicos — o que era, na época, uma apreciável vantagem relativamente aos outros trabalhadores.

Passando agora mais precisamente à oficina de «caldeiras a vapor», diremos que, na data da entrada de Hilário Marques para o Arsenal, ela ocupava havia pouco um edifício novo, de 1224 metros quadrados, encostado, por nascente, ao dique, e que nela se construía e reparavam as caldeiras dos navios e embarcações.

Era nesta oficina que se concentravam os caldeireiros de ferro, pois que os caldeireiros de cobre constituía uma outra especialidade (e uma outra oficina), inicialmente vivendo paredes meias com a primeira, mas em breve transferida para a parte poente do Arsenal, para os lados do Cais do Sodré.

Enquanto estes trabalhavam sobretudo as tubagens de cobre (incluindo, mas não exclusivamente, as destinadas às caldeiras), aqueles outros operários manipulavam exclusivamente o ferro, nomeadamente os tubos e as chapas necessários às caldeiras, bem como a montagem e a instalação destas a bordo.

Tratava-se, na época, de caldeiras a carvão, cujo vapor ia accionar as máquinas alternativas de propulsão dos navios e também as suas máquinas auxiliares (bombas, geradores, guinchos, cabrestantes, etc.). Só já nos últimos anos da sua vida, o Arsenal teve de enfrentar instalações propulsoras mais modernas, como turbinas alimentadas por caldeiras queimando nafta, e já não carvão, ou navios a motores de combustão interna. Porém, isto pouco ou nada alterou a caldeiraria de ferro.

Para além das caldeiras, grandes e pequenas (estas para lanchas, escaletes, etc.), a oficina fabricava ainda, subsidiariamente, depósitos e tanques (de aguada e outros), bóias de fundear e toda a sorte de encanamentos de ferro.

Os gestos produtivos dos caldeireiros incluíam a traçagem, o corte e a enformação de chapas (a frio e a quente); a sua união por rebtagem; e a montagem de subconjuntos e da instalação completa. A técnica da soldadura a oxiacetileno era já utilizada, mas de forma incipiente.

No que respeita à maquinaria, a oficina contava com uma ponte rolante para 20 toneladas, prensas (uma das quais, vertical, ainda funcionará no Arsenal do Alfeite), calandras, quinadeiras, tesouras mecânicas e máquinas de rebitar, que os oficiais operavam indistintamente, quase sempre com a assistência de um aprendiz<sup>12</sup>.

Para os trabalhos a bordo (de reparação, limpeza ou montagem) constituíam-se equipas de operários chefiados por um oficial de 1.<sup>a</sup>, bem conceituado, a que davam o nome de *encarregado*.

---

<sup>12</sup> Esta polivalência nem sempre era total e verificava-se que havia operários que eram normalmente preferidos para certas tarefas e evitados para outras. Contudo, os *bons* artistas eram os que tudo faziam com igual destreza.

As condições de trabalho eram sentidas como más; havia problemas de ruído e de temperatura; não se usavam protecções contra acidentes; trabalhava-se, pelo regulamento, 6 dias por semana, com começo às 7 da manhã; os fatos-macacos eram pertença dos próprios, pois o Arsenal só fornecia uns fatos de serapilheira para a limpeza interior de caldeiras; e, quanto a instalações higiénicas, elas limitavam-se a uns armários metálicos individuais na própria oficina, e até os lavatórios, urinóis e um duche frio só tardiamente foram instalados, por iniciativa justamente de Hilário Marques.

Finalmente, a hierarquia operária incluía um mestre de oficina, responsável pela orientação geral dos trabalhos da mesma; um contra-mestre, que o coadjuvava e substituía no mesmo serviço, dirigindo por vezes certos trabalhos mais importantes; e dois ou três operários-chefes, que, em geral, dirigiam em permanência o andamento de certas encomendas.

A oficina contava um ferramenteiro, geralmente um operário doente ou incapacitado para o serviço de caldeiraria, além de serventes affectos à limpeza e outros serviços auxiliares.

A coordenação de trabalhos com as outras oficinas e especialidades era feita pelos engenheiros, que, com alguma frequência, utilizavam para o efeito reuniões onde tinham assento os mestres das diferentes oficinas.

Parece enorme a distância profissional e social que então separava operários, por um lado, e desenhadores e pessoal de escritório, por outro. Em termos de organização do trabalho, os desenhos e encomendas *desciam* até às oficinas, sem outros canais de comunicação que os assegurados pelas relações mestres-engenheiros. A função do desenho limitava-se, praticamente, à concepção, ficando toda a execução a cargo do pessoal operário. E, se compararmos os salários auferidos por uns e por outros, vemos que, enquanto o oficial operário é equiparado ao guarda ou ao fogueiro, o escriturário é desde logo equiparado a operário-chefe e o desenhador a contra-mestre!

Finalmente, o Arsenal da Marinha, desde há muito objecto de controvérsia, foi encerrado na Ribeira das Naus em 30 de Abril de 1939, reabrindo a 2 de Maio, já no Alfeite, o que evitou maiores problemas com o simbólico dia intermédio. Hilário Marques, reformado um ano antes, vivera de facto toda a história contemporânea da velha instituição.

## 2.2 A VIDA PROFISSIONAL DE HILÁRIO MARQUES

O Livro de Matrícula do Pessoal da Direcção dos Serviços Fabris do Arsenal da Marinha é extraordinariamente rico em informações acerca da vida institucional dos operários e muito pobre no tocante à sua vida profissional — o que se compreende perfeitamente atendendo à sua função e ao sistema de trabalho fabril em vigor.

Hilário Marques foi admitido em 16 de Março de 1900, pela Ordem da Administração n.º 57, com um vencimento de 650 réis por dia útil de trabalho. Tinha então 22 anos. Com o registo de matrícula n.º 2410, o nosso biografado vai fazer a sua «escola profissional» como tantos outros e nos moldes já esboçados. Aprendiz, vai dedicar-se também ao estudo, com óptimos resultados. Logo em Dezembro de 1901 é contemplado com o Prémio D. Maria Pia. No Verão seguinte faz exame da cadeira de Máquinas, obtendo a classificação de 12 valores.

Em Setembro de 1903 passa a vencer 700 réis de jornal e em Outubro obtém a classificação de 13 valores (bom) no exame final de Ciências Elementares do curso de Mestrança.

Já oficial, recebe de novo o Prémio D. Maria Pia em Novembro de 1907 e em Março do ano seguinte o seu primeiro de uma longa lista de louvores:

Por determinação de S. Ex.<sup>a</sup> o Ministro, mandado especialmente louvar pela forma por que concorreu para o bom aspecto e perfeição de acabamento da canhoneira *Lúrio*, revelados nas experiências a que o mesmo Ex.<sup>mo</sup> Ministro assistiu.

Terá, com alguma fortuna, este reconhecimento governativo lançado definitivamente o nosso Hilário no mundo profissional dos arsenalistas? De facto, não deveria ser muito corrente os ministros assistirem às provas de mar de uma pequena canhoneira e muito menos repararem no simples operário que lhe montara as caldeiras! Como quer que fosse, o certo é que lhe sobem daí a pouco o vencimento para 900 réis e em Março de 1911 é nomeado operário-chefe, na altura em que parte para Glasgow a fim de integrar a missão que fiscaliza a construção dos elementos propulsores (máquinas e caldeiras) que a casa Yarrow fabrica para os contratorpedeiros *Douro* e *Guadiana*, entretanto em construção no Arsenal.

Hilário Marques atinge um reconhecimento profissional já importante com esta missão, até pela maneira como supriu os inconvenientes do falecimento inesperado do primeiro-tenente-maquinista Henrique de Oliveira Guimarães. E, após duas longas missões em Glasgow e três anos de intermitentes ausências, traz na sua folha de serviços mais dois louvores e a promoção, por concurso, a contramestre, em Abril de 1915.

É, na época, um dos mais novos contramestres do Arsenal, pois conta apenas 37 anos, e o seu prestígio profissional é grande. É-lhe possível ter «más relações» com o mestre da caldeiraria, seu superior. E ser castigado com 5 dias de suspensão, sem maiores consequências, pois o salário é-lhe aumentado 10 centavos em 1915 e «passa a ter o vencimento máximo permitido pela lei orçamental n.º 409» no ano seguinte.

Em 1918 e 1919 faz vistorias de mar na *Lúrio* e no cruzador *Pedro Nunes* e recebe novo aumento por mérito em 1920.

No ano seguinte embarca de novo, agora no cruzador *Carvalho Araújo*, e no fim do ano dirige com reconhecida proficiência a retubagem das caldeiras do *Douro*, que lhe valeu mais dois louvores da Superintendência dos Serviços da Armada.

Em 1923 e 1925 são-lhe aumentadas as diuturnidades. E em 1926 é finalmente promovido a mestre da sua oficina, o topo da carreira profissional. Tinha então 48 anos.

O tempo passa. O Arsenal apresta-se a viajar até à margem sul e a actividade abranda.

Mas o mestre Hilário ainda não terminara a sua ascensão. O Programa Naval do Estado Novo, com a construção de um conjunto de modernos navios de guerra, dá-lhe nova oportunidade. De Abril de 1932 a Agosto de 1933, Hilário Marques está outra vez em Inglaterra, fiscalizando a construção das caldeiras dos novos avisos. E, ao regressar, é ainda nomeado «agente técnico, com atribuições de mestre geral do estaleiro»,

máxima categoria, não já profissional, mas do próprio Arsenal — não contando, é claro, os engenheiros, provenientes de uma outra «linhagem».

Um último louvor, em 1935, pela dedicação posta no seguimento da construção do aviso *Pedro Nunes*, o penúltimo a sair da carreira do velho estaleiro, e uma vistoria à canhoneira *Damão*, estacionada no Algarve, são as duas derradeiras referências profissionais registadas na sua folha de serviços. Entrado na casa dos 50 anos, a saúde ressentia-se e são-lhe frequentes as baixas por doença e as cardiopatias. A aposentação vem em 21 de Março de 1938, por ter sido julgado incapaz pela junta médica — tinha então 60 anos. Haveria nisso algum motivo de ordem profissional?

Apesar do testemunho de contemporâneos sobre a sua «rijeza», é instrutivo consultar a este propósito o seu registo:

- 1902 — Maltratado no serviço
- 1903 — Idem, globo ocular
- 1906 — Idem, conjuntivite traumática
- 1910 — Idem, perna direita  
Idem, artelho
- 1915 — Baixas por doença
- 1916 — Idem
- 1918 — Idem
- 1919 — Idem
- 1921 — Idem
- 1923 — Idem
- 1924 — Idem
- 1925 — Idem
- 1926 — Idem
- 1928 — Idem
- 1929 — Idem
- 1930 — Escoriações numa mão
- 1931 — Ferida contusa num pé
- 1935 — Baixas por doença
- 1937 — Idem
- 1938 — Idem

Isto mostra que ser operário caldeireiro, e mesmo mestre caldeireiro, não é mister que não tenha alguma coisa a ver com a saúde de quem o desempenha. As condições oficinais e de trabalho eram duras e, em Hilário Marques, deixaram-lhe sinal numa vista, que para sempre ficou afectada.

Passada, pois, esta resenha de factos biográficos, é tempo de pôr em relevo algumas particularidades que a enunciação dos factos mostra menos.

Tanto pelas críticas feitas n' *A Obra*, como pela sua «folha disciplinar, tudo indica que, enquanto aprendiz e oficial, o comportamento de Hilário Marques foi de resistente e de revoltado quanto ao sistema de autoridade em vigor no Arsenal — isto, note-se, a par de interessada aptidão pelo estudo e pela aprendizagem da sua arte officinal. Não é certamente casual que, entre 1900 e 1910, as suas faltas não justificadas ao trabalho sejam regulares (pelo menos de 4 dias por ano) e que, depois daí, abrandem rapidamente e cessem de todo a partir de 1917. Não é tão-pouco por acaso que em 1901 é castigado com multa pela mesma razão e, em 1902, admoestado por desordem na oficina — quando conta vinte e poucos anos.

Mas significa isto que Hilário Marques é pura e simplesmente «absorvido» para o lado da direcção da empresa, uma vez atingidos os lugares de maior responsabilidade de contramestre e subsequentes? Não é esse o julgamento dos contemporâneos e a análise do sistema de trabalho permite compreender porquê. Hilário Marques continua a ser conhecido como «homem de ideias», como anarquista que tem actividades propagandísticas fora do Arsenal, n' *A Aurora*, n' *A Batalha*, etc., e que, inclusive, sofre curtas detenções policiais (tem duas registadas na sua folha de matrícula, em 1907 e em 1917). Um seu biógrafo diz que «foi sempre tida na maior consideração a sua idoneidade técnica e moral pelos engenheiros navais com quem serviu e também pelas mais altas patentes da Armada, não obstante uns e outros estarem ao facto de que, no domínio das ideias, Hilário se situava em plano diametralmente oposto»<sup>13</sup>. Outros testemunhos confirmam que, sempre que necessário, Hilário Marques fazia valer os seus conhecimentos profissionais e técnicos *contra* a opinião ou as determinações dos engenheiros. O episódio da construção de uma bóia gigante de amarração, para o porta-aviões que a esquadra portuguesa nunca chegou a ter, dá-nos prova disso: Hilário Marques deixou conscientemente a bóia ficar pronta para só então manifestar aos dirigentes que a mesma não cabia na porta da oficina, pelo que se impunha o seu alargamento — medida que o mesmo Hilário reclamava sem sucesso havia vários anos! E isto passou-se já nos anos 30, quando tinha a sua posição profissional e social mais do que garantida e podia evitar «confrontos desnecessários».

De todo o modo, o que é certo é que, desde as suas missões a Inglaterra, Hilário Marques goza de um grande ascendente profissional, quer entre operários, quer entre engenheiros, quer ainda para além das portas do Arsenal.

Por outro lado, a sua maneira de tratar e de dirigir os operários era, segundo testemunhos concordantes, muito «branda e humana», sendo «querido e respeitado» pelos trabalhadores. A sua instrução, os seus conhecimentos e experiência profissional causavam impressão funda entre os oficiais da arte: «Tinha excelente golpe de vista para a traçagem», reconhece um deles, «apesar do defeito no olho.» Porém, «não era acessível a ensinar os mais novos», preferindo pô-los sozinhos perante as dificuldades, para depois os corrigir ou criticar. Influência de uma pedagogia libertária de auto-aprendizagem, ou uso hierárquico de um saber profissional só adquirível por longa experiência?

Mas ter uma liderança «companhónica» não é sinónimo de se deixar pisar pelo primeiro que apareça, e mestre Hilário respondeu um dia, pela agressão, ao insulto que recebera de certo operário. Também aqui estaríamos perante o caso do superior hierárquico diminuído pelo insulto, ou do homem ofendido que assim reage, «pela acção directa», *apesar* do seu cargo?

### 2.3 O ASSOCIATIVISMO ARSENALISTA

O operariado do Arsenal aparece descrito, em 1905-6, no jornal *A Obra* em termos bem pouco lisonjeiros para a sua autonomia política. Trata-se de uma magnífica série de 16 artigos, não nominalmente assinados, mas

que não podem vir doutra pena senão da de Hilário Marques, onde este pinta com cores cinzentas o ambiente então vivido no estaleiro.

Incompetência e ambição dos responsáveis; submissão e individualismo dos operários — eis o que torna simultaneamente necessária e impossível a acção colectiva dos trabalhadores.

Porém, girando o tempo, algo parece ter mudado após a implantação da República <sup>14</sup>. Vieram lutas e os arsenalistas foram ganhando fama de revolucionários. E, sobretudo, veio a organização.

Em 1 de Dezembro de 1911 funda-se a Associação de Classe dos Operários do Arsenal da Marinha e Cordoaria Nacional, com sede inicial na Rua da Boavista. Mais tarde é publicado o importante jornal *Eco do Arsenal*, com o n.º 1 em Janeiro de 1915 e o último (n.º 164) em Outubro de 1933.

Em 17 de Dezembro de 1917 é fundada a cooperativa de consumo do pessoal arsenalista, intitulada A Fabril Naval, com edifício próprio virado para o Cais do Sodré e ainda hoje existente, em terreno cedido pelo Arsenal. Esta cooperativa tem, em 1926, 1581 sócios.

Na mesma altura é também fundada a Caixa de Pensões, reconhecida por alvará de 17 de Janeiro de 1919 e que, a título de exemplo, tem 680 sócios em 1925.

O Sindicato — pois assim se passou a chamar a Associação de Classe —, depois de uma passagem pela Rua de São Paulo, 121, 2.º, vai instalar-se na Calçada da Graça, 12, 1.º, onde desenvolverá, entre 1920 e 1926, uma crescente actividade associativa. Mantém escola primária própria e a sua biblioteca vem a ser considerada uma das melhores do seu tipo. Em 1925 funda-se um Grupo de Amigos da Biblioteca, com corpos gerentes próprios, só para lhe dar apoio. De 1927 até ao fim, a sede é na Travessa do Fala-Só, 9, 1.º

Os órgãos do Sindicato são renovados anualmente e compreendem uma comissão administrativa (com secretário-geral, secretário-adjunto, secretário-administrativo, secretário-bibliotecário, tesoureiro e vogais), um conselho fiscal, uma comissão de melhoramentos (muito importante, pois é ela que veicula as reclamações dos operários), a comissão redactorial do *Eco do Arsenal* e a assembleia geral dos sócios. Mais tarde, em 1928, adopta-se uma estrutura mais complexa, incluindo um conselho de delegados, eleitos por oficinas.

Em 1925, o Sindicato passa a representar exclusivamente o pessoal do Arsenal e conta com 1735 sócios, cujas quotizações eram automaticamente deduzidas das folhas de fêria — facto raríssimo na época e que constituía motivo para os remoques de «funcionariatos» que os arsenalistas recebiam da parte de outros sectores operários <sup>15</sup>.

A orientação política do Sindicato, inicialmente mais socialista e sindicalista, torna-se claramente bolchevista a partir de 1922, fazendo parte dos «partidários da Internacional Sindical Vermelha». Todavia, só rompe com a CGT depois do Congresso da Covilhã.

---

<sup>14</sup> É extremamente significativo que, com a República, Hilário Marques veja *trancados*, por Ordem da Armada, os dois castigos que sofrera anos antes, mas também é o mesmo Governo republicano que lhe indefere, «por inoportuno», o pedido de aumento salarial que solicitara.

<sup>15</sup> Numa época em que o movimento sindical estava operando, com as naturais dificuldades, a passagem de uma estrutura de officio a uma estrutura de indústria, este tipo de «sindicato de empresa» dos arsenalistas não se pode prestar a confusões quanto ao significado que encerra

Haveria ainda muito que dizer sobre outras instituições, como a Banda do Pessoal do Arsenal da Marinha, as caixas de socorros mútuos, etc., mas, como destas ainda falaremos adiante, encerramos por aqui esta brevíssima referência ao indubitavelmente forte e variado associativismo operário que os arsenalistas souberam criar na vigência da República.

E qual o papel de Hilário Marques neste associativismo? Por estranho que possa parecer à primeira vista, ele é praticamente nulo. Apenas uma vez topámos com o seu nome numa lista dos órgãos sociais d'A Fabril Naval. Qual a razão por que este militante anarquista, favorável ao sindicalismo e que em 1905 tanto brama contra a inexistência duma associação operária, se desliga destas actividades quando elas desabrocham?

Limitemo-nos por agora a assinalar o facto de — segundo testemunho de contemporâneo — *não ser hábito* a mestrança tomar cargos no Sindicato, tanto mais que um caso triste houvera em que um mestre sindicalista se viu responsabilizado por um desfalque na caixa associativa, com o inevitável desprestígio entre operários, apesar de ter repostos, com língua de palmo, o devido.

## 2.4 OFÍCIO *VERSUS* INDÚSTRIA

O caso do Arsenal da Marinha dá-nos um interessante exemplo de uma organização do trabalho baseada numa estrutura profissional de ofício e do desacerto de interesses entre os vários agentes sociais em presença.

Já vimos as principais características dessa organização. Convém, no entanto, sublinhar que, existindo embora modificações e aperfeiçoamentos, ela conserva os mesmos traços dominantes ao longo do tempo, inclusive quando a presença do Eng. Croneau lança definitivamente o estaleiro para a construção em ferro. Quer dizer, uma alteração tecnológica tão significativa como esta não trouxe, por si só, modificações estruturais quanto ao sistema de organização do trabalho, que continuou a fundar-se na polivalência do ofício, no aprendizado e na hierarquia profissional da mestrança.

Ora o discurso corrente, tanto nos meios políticos como navais, era o de que o Arsenal «pesava no orçamento público», que tinha «fraca, morosa e custosa produção». Estas críticas avolumavam-se com o espantinho político da indisciplina dos seus operários, enquanto, em sentido contrário, a sua função primeira de apoio logístico dos navios da Armada limitava as hipóteses de uma maior rentabilização.

O discurso operário era bem diverso deste. Se a produção é escassa, é porque o Estado lhe não dá mais encomendas. Se é morosa, não é porque faltam aos operários a competência, a vontade ou o saber profissional, mas porque o Arsenal está mal apetrechado, não dispõe dos meios técnicos que outros estaleiros usam sem parcimónia. Se, finalmente, os preços acabam por sair elevados, de quem é a culpa? Dos operários, pagos miseravelmente? Ou dos engenheiros e administradores, que se enganam nas suas previsões, que projectam mal as obras, obrigando a constantes rectificações, que desperdiçam materiais que é uma dor de alma, que — numa palavra — são maus técnicos e maus gestores?

E, quanto ao revolucionarismo do pessoal, é curioso confrontá-lo com esta imagem sugestiva que dele dá, a cada passo, Hilário Marques n'*A Obra*:

798 Chamam-te mandrião, indisciplinado e, por cima de tudo, sucateiro, e tu ris-te, vais para as hortas despreocupadamente; o teu bem-estar

futuro é posto em risco; as associações vazias; as tabernas à pinha, e tu sem um vislumbre de luz a iluminar-te o cérebro, meu pobre *Zé da Concha!*

E, peremptoriamente: OS OPERÁRIOS SABEM TRABALHAR, O QUE ALI NÃO HÁ É QUEM SAIBA O QUE MANDA FAZER.

E qual, por outro lado, o sentimento dos técnicos, dos engenheiros, sobre tudo isto? Uma testemunha privilegiada diz-nos o seguinte:

Não digo que não estou de acordo com a industrialização do nosso Arsenal. Se se tomar como valor desta palavra, *industrialização*, o peso que ela tem na acepção técnica, isto é, na introdução de todos os melhoramentos para se poder realizar o conjunto de conceitos fundamentais que constituem o chamado *scientific management* naquela indústria, compreende que estou de absoluto acordo que se faça, e acho até indispensável; mas, se se quiser dar àquela expressão a ideia da entrega da administração do referido estabelecimento fabril do Estado à cobiça particular, e é esta a ideia dominante no vulgo, disto é que eu discordo e não vejo mesmo razão nem possibilidade de se fazer.

E ainda:

Em construção naval pode dizer-se que há duas indústrias completamente distintas: é a *construção de navios* e a *reparação de navios*. [...] E o Arsenal da Marinha, velho e antiquado arsenal das canhoneiras, é mais uma oficina de reparações do que uma fábrica de construções.

E eis o seu julgamento sobre os trabalhadores:

No que diz respeito ao pessoal, há do melhor entre nós. Os seus dirigentes, engenheiros, auxiliares, chefes de oficina e chefes de trabalho são óptimos. O operário é artista. Presto assim justiça a esses pobres obreiros da Marinha que são os dirigentes e os operários do Arsenal, há muito vítimas de injustificada malquerença<sup>16</sup>.

É também curioso saber que os intentos de modernização aparecem cedo. Assim, depois do regresso a França do Eng. Croneau, em 1905, vieram três mestres ingleses e logo de seguida aparecem pela primeira vez nas oficinas os «marca-tempos» (ou seja, os cronometristas), que se sujeitam às mordazes críticas dos oficiais de officio. Se havia alguma relação directa entre os dois factos, não conseguimos apurar, mas nem uns nem outros vingam por muito tempo no Arsenal.

Outro conjunto de medidas passíveis de virem perturbar a forte estrutura profissional existente eram, teoricamente, as decorrentes da introdução de máquinas mais importantes no processo de fabrico e de uma maior normalização dos produtos. De facto, esse objectivo deve ter sido perseguido com a construção de uma série de 4 *destroyers* relativamente modernos e complexos para a época e de uma outra série de 8 canhoneiras, fei-

---

<sup>16</sup> De uma entrevista do capitão-de-fragata engenheiro construtor naval Raul César Ferreira ao *Diário de Lisboa*, citada em Maurício de Oliveira, *Armada Gloriosa*.

tas em três empreitadas, tudo isto já na fase da República. São então preparadas novas carreiras de construção, para permitir construir navios a par uns dos outros, e adquiridas muitas máquinas importantes: aparelhos radiais de furar, plainas, máquinas de rebitar hidráulicas com uma produção diária de mais de 5000 rebites, martelo-pilão, tornos mecânicos, mandrilador, máquinas de esmerilar, máquina de fazer porcas e parafusos com uma produção diária de 2000 peças, etc.

Porém, dificuldades de aprovisionamento de materiais causadas pela guerra, dificuldades financeiras e, sem dúvida, outras, mais de ordem social e política, fizeram com que estas tentativas de racionalização resultassem, em grande parte, falhadas. Estas construções arrastaram-se por muitos anos, com frequentes adiamentos e interrupções, e os modos de trabalhar anteriores subsistiram no essencial.

Daí que — para grandes males grandes remédios — fosse julgado que a única solução radical para os problemas do Arsenal era... acabar com ele, isto é, liquidar definitivamente a velha Ribeira das Naus e construir um novo estaleiro, de raiz, fora de Lisboa. Foi decisão tomada após a guerra, contando para esse esforço financeiro com as reparações de guerra que a Alemanha iria pagar durante alguns anos. Que esse novo estaleiro só viesse a estar concluído em 1939, é uma outra história que não nos compete contar.

Porém, já nos cumpre falar da atitude que tal medida encontrou por parte dos trabalhadores. Recordemos, assim, que o Sindicato (e, em grande parte também, as outras associações arsenalistas) rapidamente enfileira entre os defensores intransigentes da Revolução Russa e do bolchevismo. Que ligação poderá ter esta orientação política com a *grande adesão* que a ideia do novo Arsenal encontra por parte destes trabalhadores?

Os dirigentes sindicais visitam regularmente o andamento das obras a convite da administração; o jornal *Eco do Arsenal* publica reportagens enaltecedoras do que será essa nova *grande fábrica*, o seu *bairro operário*, etc. — tudo sinais claros de uma atitude convergente com o propósito de fazer do Arsenal algo de novo, de grande, de produtivo e de nacional.

Eis pois uma pista de pesquisa que se levanta, e que deverá ser ulteriormente explorada, sobre a possível convergência entre o projecto racionalizador industrial, de que são porta-vozes os técnicos (e alguns capitalistas), e aqueloutro, não menos racionalizador e centralizador, de que os operários bolchevistas são portadores.

Significa isto uma modificação estrutural importante no sistema de trabalho considerável? De facto, ao nível de análise a que nos situámos, não encontrámos vestígios de tal. Ou seja, não terá sido tanto uma alteração na estrutura profissional da mão-de-obra quanto uma possível mudança de hegemonia política e cultural no interior dos trabalhadores arsenalistas. De uma predominância da hierarquia profissional da oficina ter-se-ia passado para uma posição de força do grupo dos operários qualificados (de todas as oficinas confundidas), que manifestamente dominam as associações locais e de que Bento Gonçalves é o exemplo mais banalmente conhecido.

Um último argumento de apoio a esta ideia dos valores racionalizantes dominando a liderança bolchevista pode ser encontrado no caso das associações de socorros mútuos. Como já se citou, a protecção na doença, acidente ou morte era pouco menos que inexistente então, pelo que, como por toda a parte, floresciam as associações e caixas de socorros mútuos.

Ora o caso extremamente interessante é que, no Arsenal, essas instituições tinham uma existência perfeitamente delimitada pela estrutura profissional do sistema de trabalho. Cada oficina, a que correspondia quase exclusivamente um ofício, dispunha da sua associação, com quotas, estatutos e gerentes próprios, facto que, obviamente, ainda mais consolidava esta estrutura.

Pois bem, através da imprensa sindical arsenalista nota-se perfeitamente a longa batalha travada pelos bolchevistas com vista à destruição destas estruturas descentralizadas e sua fusão numa «única, grande, poderosa» associação de previdência. Por exemplo, em 1925 ainda existem caixas ou associações de socorros mútuos nas oficinas de máquinas, de construções navais em ferro, de serralheiros civis, de carpinteiros de moldes, de ferraria, de carpinteiros navais (2), de carpinteiros de branco e na secção de transportes, com uma população associada de 1201 operários, dos quais 106 exercem mandatos de gerência dessas associações, com uma relação gerente/associado de, no mínimo,  $\frac{1}{3}$  e, no máximo,  $\frac{1}{20}$  — o que nos ilustra bem o extraordinário grau de participação e de integração associativa existentes nestas caixas —, mau grado as suas provavelmente escassas disponibilidades financeiras.

E, também aqui, a concepção centralista, a concentração, acaba por vencer. No início de 1926 é criada, sob a égide da Caixa de Pensões (na mão dos sindicalistas), uma Previdência dos Arsenalistas da Marinha. Pouco depois, novo salto, aparecendo uma Associação de Socorros Mútuos do Pessoal do Arsenal da Marinha, a qual é refundida em 1928, passando a intitular-se Associação de Socorros Mútuos «Fraternidade Arsenalista». Sendo bom lembrar aqui o apoio oficial que estas associações recebiam da administração do Arsenal — ao contrário das caixas de oficina, perfeitamente autónomas —, ficamos em posição de, em certa medida, julgar da pertinência da hipótese levantada.

A história do Arsenal da Marinha no século actual pode, pois, também ser vista como as resistências que encontra a racionalização industrial para se implantar num terreno onde domina uma organização profissional de trabalho de sólidas raízes.

## 2.5 NA ARGIBAY

Reformado do Arsenal em 1938, não conseguimos identificar qualquer trabalho profissional de Hilário Marques no período subsequente. Porém, em 1 de Agosto de 1945, com 67 anos de idade, ele entrava ao serviço da empresa de reparações navais Argibay, empresa ligada à Companhia dos Carregadores Açorianos e, como ela, controlada financeiramente pelo visconde de Botelho<sup>17</sup>.

Nessa altura, a Argibay possuía oficina na Rua da Torre da Pólvora, n.º 17, junto à Cova da Moura, em local depois destruído pela abertura da Avenida do Infante Santo. Hilário Marques entrou, obviamente, «pela cabeça»: para mestre-geral do serviço interno, que compreendia as secções de mecânica e de caldeiraria, nesta praticando-se já correntemente a solda-

---

<sup>17</sup> Para se avaliar o clima político-laboral desta época é curioso saber que todos os operários da construção naval estavam (depois das greves de 1943) sujeitos à mobilização militar. Na ficha de empresa de Hilário Marques figura, pois, a *vermelho*: N.º mob. 14 817.

dura e incluindo a serralharia civil. Pela sua idade, já não orientava qualquer trabalho a bordo, que era deixado ao encargo de um outro mestre-geral.

A Argibay trabalhava sobretudo na reparação de navios, em particular os dos Carregadores. E os serviços em que superintendia Hilário Marques cobriam tudo o que dizia respeito à oficina de terra, mas mais particularmente os trabalhos de caldeiraria.

Foi, portanto, na sua actividade profissional de sempre, laureado de considerável respeito pelos seus conhecimentos e competência técnica, que mestre Hilário terminou a sua vida, pois veio a falecer em Março de 1949, ainda prestando serviço na Argibay.

A recordação que deixou no espírito dos trabalhadores desta foi forte e duradoura. Tanto pela bagagem profissional como pela sua «vivacidade de espírito, oportunidade de palavra e cultura geral». Ao seu funeral acorreram centenas de trabalhadores da casa — bem como o próprio patrão — com flores e sincera saudade. E mais impressionados tornaram com a observância das suas disposições testamentárias: nem padres, nem gestos litúrgicos, nem choros de carpideiras, mas apenas um funeral civil que causou algum espanto na Lisboa de 1949. «Um funeral à anarquista? — Não, talvez à maçónico, dos verdadeiros.» Mas para o qual os camaradas da causa também deram a sua contribuição.

### 3. O MILITANTE

Pouco sabemos sobre a juventude de Hilário Marques, para tentarmos identificar qualquer justificação ou influência precoce para a sua atitude militante. Os dados seguros situam-no já, com vinte e tantos anos, no campo ideológico do anarquismo, embora com presumíveis ligações à corrente «possibilista», também chamada «anarquista reformista», que se exprimia, por exemplo, através de Heliodoro Salgado e do jornal *A Obra*, onde é certo Hilário ter colaborado.

Em Setembro de 1905 é também certo ser já o correspondente em Lisboa do jornal *A Vida*, há pouco fundado no Porto, colaboração essa que se vai manter, sólida, por muitos anos:

Fica desde agora correspondente d'*A Vida* em Lisboa, com plena alçada para tratar de tudo o que respeite a esta administração, o lealíssimo e dedicado camarada Hilário Marques. Toda a correspondência deve ser-lhe enviada para o Cais do Sodré, 88.

Pelo contrário, é-nos desconhecido se pertenceu a algum dos dois grupos (e qual) que em 1906 se fundem para constituir o Grupo «Acção Directa». Trata-se do Grupo «Juventude Consciente», que existe já em 1904, quando edita obras de A. Girard, *Educação e Autoridade Paternal*, e J. Most, *A Peste Religiosa*; e do Grupo «Conquista do Pão» — a não confundir, no entanto, com o jornal do mesmo nome, que sairá em Lisboa em 1907 e onde já pontifica Emílio Costa.

É natural que tal tivesse acontecido, pois, quando o Grupo «Acção Directa» aparece referenciado, é já Hilário Marques quem, desempenhando as funções de secretário, oferece o seu nome e endereço para os contactos públicos.

O Grupo «Acção Directa», apesar do seu nome, parece ser já, mais que outra coisa, um grupo de propaganda, editando as três brochuras que já referenciámos. E, por outro lado, é ele que, alargando-se, lança em Setembro de 1908 *A Sementeira*, deixando, a partir de então, de usar tal designação. O grupo que mais tarde, por volta de 1912, se chamará assim nada tem a ver com este.

De referir ainda, na trajectória de Hilário Marques, a sua prisão de Março de 1907, que lhe acarreta uma expulsão do Arsenal da Marinha, logo anulada por as faltas terem sido «por força maior e contra vontade».

Em 1908 é conhecida a participação importante que dá, ao lado de outros anarquistas, como António José de Ávila, Miguel Córdoba, Jorge Coutinho ou Pinto Quartim, ao Grupo de Propaganda Social, entidade criada para lançar e apoiar o primeiro diário operário, *A Greve*. Esta empresa resultou da união de esforços de socialistas, anarquistas e simplesmente sindicalistas, como eram Alexandre Vieira e tantos outros trabalhadores das artes gráficas, que tiveram um importante papel na feitura do jornal, pois que voluntariamente e por turnos asseguravam a sua composição.

Da contribuição de Hilário Marques encontramos logo no n.º 2 um artigo seu intitulado «As grandes tiranias».

Porém, o jornal não sobreviveu muitos meses e a sua leitura denota um provável progressivo domínio dos socialistas, que pode ter sido a razão de certo afastamento dos anarquistas. O certo é que, por exemplo, quando, em Maio, dois meses após o seu lançamento, se cria uma comissão de propaganda para apoiar o jornal, o nome de Hilário Marques já nela não figura, predominando, pelo contrário, as figuras socialistas. E em Setembro era *A Sementeira* que surgia.

Sabemos também, por depoimentos de contemporâneos, que Hilário Marques foi combatente da Rotunda no 5 de Outubro — feito que mais tarde o colocaria na hesitação de aceitar, ou não, a correspondente pensão instituída pela República. Em contrapartida, desconhecemos o motivo de uma outra detenção sofrida em 1917. Mas todas as notícias concordam em que, durante toda esta primeira década da República, Hilário Marques se consagrou à propaganda e unicamente a ela.

A sua função como correspondente em Lisboa do jornal anarquista mais importante de sempre, *A Aurora*, e de depositário das suas edições não pode ser esquecida, pois foi o mais sólido ponto de apoio logístico que o anarquismo operário portuense encontrou fora do seu ambiente próprio.

Em 1919, finalmente, é de novo um dos impulsionadores do diário operário, agora *A Batalha*, de que vem a ser o primeiro administrador, coadjuvado por Eduardo de Freitas e Gil Gonçalves, com Francisco Cristo como tesoureiro.

A sua participação é realçada por contemporâneos e hoje conhecida<sup>18</sup>, pese embora o carácter discretíssimo do seu labor. Nas páginas do jornal, nem uma vez o seu nome é referido, mas são provavelmente da sua lavra os avisos e notícias administrativas inseridos, reflexo de um trabalho decisivo para o êxito da empresa. Contudo, nem no Congresso de Coimbra

---

<sup>18</sup> Veja-se o testemunho de Pinto Quartim reproduzido no livro de Jacinto Baptista sobre *A Batalha*, sendo de notar que parece ter havido previsões — pessimistas de Quartim e optimistas de Hilário Marques — quanto às *chances* de sobrevivência do diário operário.

o seu nome aparece citado, sendo Francisco Cristo o relator do informe administrativo d'*A Batalha*, o que poderá significar que, mais uma vez, Hilário Marques dá um importante auxílio no arranque de uma grande iniciativa, mas em breve se retira para a sombra.

A partir, pois, de 1919, não mais Hilário Marques aparece na primeira linha de qualquer refrega libertária ou confederal. Porém, a modéstia ou discrição da sua actividade não é sinónimo de abandono. Continuamos a encontrar n'*A Batalha* pequenos anúncios do material propagandístico em *stock*, agora sob a designação de «Biblioteca d'*A Sementeira*». E ainda em 1923 ele edita mais um folheto, de Bakunine. O que pode querer dizer que, virtualmente, o «grupo», a rede de colaborações que constituíam o «grupo editor d'*A Sementeira*», terá acabado por volta de 1919 — mas não exactamente a acção de Hilário Marques. É bem provável que assim tenha sido, pois as colaborações vinham rareando nos últimos tempos: há a ruptura com Emilio Costa; há também uma outra com Ismael Pimentel; e o último dos dedicadíssimos obreiros da revista, Neno Vasco, encontra-se a braços com momentosos problemas pessoais, com a sua companheira, Mercedes, atacada pela tuberculose e vindo a falecer em Janeiro de 1920, sendo ele próprio vítima da mesma doença poucos meses depois, ou quase. No entanto, continua a existir a «Biblioteca d'*A Sementeira*» e o seu animador, Hilário Marques, terá, desde então, ficado sozinho. Mas continuava ligado e interessado pelos problemas da propaganda e da organização. Por exemplo, uma local d'*A Batalha*, em 1922, indica recolher ele donativos de camaradas para a ajuda da educação dos filhos, deixados órfãos, de Neno Vasco. E, segundo testemunho de contemporâneo, ele teria estado presente na Conferência de Alenquer, de Março de 1923, onde foi fundada a União Anarquista Portuguesa, tendo — segundo outra fonte — feito parte do 1.º comité dessa organização, juntamente com José Pires de Matos, Francisco Quintal e Joaquim Gonçalves<sup>19</sup>. Refira-se, a propósito, que esta UAP (União Anarquista Portuguesa) representa, sem dúvida, a melhor realização da *segunda geração* dos intentos organizativos dos libertários portugueses, depois do abrandamento dos anos da guerra e da Revolução Russa.

Anos depois chega a Ditadura. Segundo companheiros de trabalho, mestre Hilário «deixara de ser activo, embora mantivesse as suas ideias». Bento Gonçalves teria dito dele que «estava um velho». Ora, se fizermos as contas, Hilário Marques tem 48 anos quando do derrube da República parlamentar. Desde os vinte e poucos que andava nestas andanças e tinha, portanto, oferecido o melhor do seu entusiasmo e da sua vida à causa da propaganda libertária. Nunca tendo demonstrado propensão para líder ou para herói, mas antes para organizador e propagandista, chegara provavelmente ao momento do balanço, da reflexão, de uma certa sagesa — toda ela certamente muito mais oral do que escrita (pois não achámos vestígios desta), ao mesmo tempo que ficaram proverbiais as «receitas» de mestre Hilário para as mais diversas doenças e achaques, alimentação e outros aspectos de um regime de vida muito particular.

E, como outros, Hilário Marques frequenta os «cafés dos anarquistas», no centro da Baixa lisboeta, como o Café Itália, na Rua do 1.º de Dezembro, aí se informando, convivendo, discutindo — mas não conspira. Acabadas as sedes legais dos organismos operários e de propaganda, era assim

<sup>19</sup> Francisco Quintal: «Ecos do passado», in revista *A Ideia*, n.º 4, de Fevereiro de 1976.

que, nos anos 30, os anarquistas «se organizavam»; ou, pelo menos, se amparavam para suportar os tempos difíceis que se viviam.

#### 4. O HOMEM PRÁTICO

No relacionamento interpessoal de Hilário Marques, a família teve naturalmente um importante papel.

No aspecto socioprofissional, por exemplo, não pode passar sem referência o facto de os três irmãos de Hilário terem sido, todos eles, igualmente operários da construção naval: Raul, como ele, no Arsenal; Carlos e Manuel, no estaleiro da Rocha, onde o último adquiriu também grande notoriedade, pois atingiu, nem mais nem menos, a posição de mestre-geral do estaleiro. Isto é, na mesma época (anos 30), os dois irmãos Marques pontificam na mesma indústria, um no Arsenal, outro na Sociedade de Construções e Reparações Navais, que eram os dois únicos estaleiros portugueses modernos. Porém, no dizer de contemporâneos, «Hilário era ainda melhor profissional do que Manuel Marques».

E não se ficou por aqui a «vocação» da família para a indústria naval: o único filho varão de Hilário Marques, de nome Alberto, foi igualmente torneiro mecânico no estaleiro da CUF.

Depois, pelo que toca às relações sanguíneas, refira-se que Hilário Marques conhece no Bairro dos Prazeres a bonita minhota Maria Rosa, com quem se junta e vem viver para o Bairro Alto, na Rua Nova do Loureiro. Desta ligação — nunca legalizada — nascem quatro filhos: o Carlos, falecido criança, com 3 anos; a Ilda, que vem a falecer tuberculosa com vinte e tantos anos; a Violeta, nascida em 1910, que hoje vive e ainda há pouco era vendedeira no Mercado da Ribeira; e o Alberto, que já referimos. Nenhum deles foi baptizado, mas tanto a mãe como a filha viva consideravam-se religiosas.

Contradição, ou não, para um homem livre e ateu, o facto é que esta união não dura mais que alguns anos. Segundo um contemporâneo, Hilário rompeu com a Maria Rosa pela grande diferença cultural que os separava, pelos entraves «e cenas de ciúme» que esta constantemente lhe faria, assinalando que, durante a segunda fase de *A Sementeira*, já ele tinha um quarto alugado para dormir «ali para a Rua das Gáveas ou do Norte». No entanto, Hilário Marques continuava visitando a família e auxiliando-a financeiramente. E o seu maior problema moral seria — segundo aquela fonte — conciliar os ditames da sua liberdade e da sua concepção da união livre com a interpretação que do facto faziam os que dela não compartilhavam — e em primeiro lugar a própria família.

A segunda grande ligação amorosa de Hilário Marques vem mais tarde e tornou-se possível pelo fortuito encontro que, numa das suas viagens, se lhe proporcionou ao visitar um alfaiate anarquista português residente nos arredores de Paris. Aí travou conhecimento com uma senhora francesa, empregada daquele, que acabou por vir para Portugal e com ele passar a viver. Tratava-se de Fernanda Havard, que tomou o nome de Marques pelo casamento civil que efectuaram.

Esta ligação foi definitiva e dela não houve filhos. Parecia que, ao contrário da primeira, a comunidade de interesses e aspirações era grande entre ambos. Fernanda acompanhava-o aos «cafés anarquistas» e conversava simpaticamente com todos. Mas, naturalmente, as relações com a

primeira família foram-se degradando com o tempo, à medida que mais se fixava nesta a ideia de ter sido «deixada».

Ora mulheres e filhos «deixados» é coisa que não faltava, nem no Bairro Alto, nem no meio social de que estamos falando, nem ainda na própria família Marques: aconteceu às duas filhas de Hilário; e quanto ao filho, ficou três vezes viúvo e três vezes se voltou a casar. É pois fenómeno que pertence ao «social» onde existe, e como tal deve ser encarado.

E neste «social» não podemos deixar de chamar a atenção para o tecido urbano de Lisboa, que abrange, em poucos quilómetros quadrados, a concentração operária do Arsenal da Marinha; os populares e populosos Bairros Alto, da Bica e da Madragoa; a baixa de São Bento e as suas oficinas; e mesmo, forçando um pouco, a zona de actividades marítimas, que se estende até Alcântara. Foi, por exemplo, no Bairro Alto que se situaram sempre a maior parte das sedes operárias e dos jornais «avançados». É também no pequeno triângulo Arsenal-Cais do Sodré-Bairro Alto que Hilário Marques enquadra o seu quotidiano, anos a fio.

Também aqui, as coisas vão mudar com o cessar do militantismo. O casal Marques abandona esta zona, trocando-a pelos «bairros novos» de Gomes Freire e acabando por se fixar definitivamente num 2.º andar, esquerdo, do n.º 14 da Rua de Luciano Cordeiro. Esta mudança é, sem dúvida, significativa, e mesmo simbólica, tanto mais que Hilário Marques goza da reputação de «ter uma situação económica desafogada».

E, para além destas precisões, que mais poderemos dizer sobre o homem? Certamente que era senhor de grande força de vontade e boas capacidades intelectuais. Foi à sua custa que aprendeu e passou a dominar razoavelmente o francês e o inglês e «arranhava», pelo menos, o espanhol. Foi graças a um enorme esforço de autodidactismo que se tornou um «fora de série» na sua profissão, bem como homem de cultura ideológica e política muito apreciável. E não esqueçamos a enorme meticulosidade e capacidade organizativa que tantos referem.

Contudo, o seu «lado borda-d'água» e naturista não eram dominantes na sua personalidade. Esta também comportava um «lado *bon vivant*», amador gostoso do bom vinho e do bom fado, a que várias testemunhas fazem referência. E parecia gostar de cultivar entre os vizinhos — particularmente no meio de trabalho — uma certa auréola de mistério e aventura com respeito à sua pessoa: se teria, ou não, algo a ver com o «fado Hilário» e as tricanas coimbrãs; se teria, ou não, interesses (uma livraria) em França; se teria, ou não, sido protagonista de alguma acção amorosa romanesca — tudo questões que ficavam a bailar na imaginação dos colegas de trabalho e que os seus laconismos iam alimentando.

A morte, previu-a sem sobressaltos e organizou-a metodicamente, como já relatámos. Alexandre Vieira, no artigo necrológico que lhe dedica n' *A Voz do Operário*, informa que o seu espólio foi distribuído por várias bibliotecas de instituições educativas, entre as quais a própria Sociedade «A Voz do Operário». É difícil hoje saber em que consistiria esse espólio, nomeadamente se incluiria os restos dos *stocks* da actividade propagandística d' *A Sementeira*. Ou se, pelo contrário, os abundantes folhetos de propaganda que nos anos 20 ainda vendia terão sido destruídos pela polícia política na rusga que esta efectuou, após o 7 de Fevereiro, ao conhecido Feijão Encarnado.

O *Diário de Notícias* também anunciou a sua morte — 4 de Março de 1949 — e o funeral, no dia seguinte, para o Cemitério do Alto de S. João.

## IV

### ENSAIO DE CONCLUSÃO

Vimos como a revista *A Sementeira* foi principalmente uma publicação doutrinária, de acção prolongada no tempo, mas sempre com a preocupação de compreender e analisar — com os instrumentos teóricos ao seu alcance — a realidade social. Daí que o seu subtítulo «Crítica e Sociologia», longe de ser mistificatório, exprima uma louvável intenção de compreender, primeiro, para transformar, depois, um sistema social baseado na «autoridade do Estado, na exploração do trabalho e na mistificação religiosa».

Daí também a coerência com que *A Sementeira* privilegia relativamente, no que toca aos meios de intervenção social, os educacionais sobre os reivindicativos, o que, de resto, não é inédito na época, apesar de ter sido até agora muito pouco posto em relevo pelos historiadores. Por exemplo, o jornal *A Conquista do Pão*, de 1907, que se pode considerar ideologicamente vizinho d'*A Sementeira*, põe em destaque no seu frontispício os subtítulos «Educação Social: a cada qual segundo as suas necessidades» e «Organização Operária: a emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos próprios trabalhadores», que bem se podem considerar como as duas «pernas» sobre que assentava a «marcha para a emancipação».

Ora, havendo uma tal simbiose de pontos de vista entre a publicação d'*A Sementeira* e o seu principal obreiro, Hilário Marques, e tendo nós já longamente explorado os meandros e traveses daquela folha, parece-nos agora mais conveniente fazer uma tentativa de síntese do universo ideológico e das atitudes típicas que se desprendem da biografia do seu grande animador.

Em primeiro lugar, temos de concluir, pelo delineamento do seu itinerário, que o militante Hilário Marques é um *individualista*, não no sentido de aderente à corrente ideológica libertária do mesmo nome (com a qual já vimos que *A Sementeira* entrou em polémica) e que foi de muito pouca expressão em Portugal, e muito menos na valorização vulgar que se dá ao termo, mas pelo que, de facto, ele fez, pelas escolhas que arbitrou, pelas opções tomadas sempre em favor do «pólo individual» em vez do «pólo colectivo». Pensemos na maneira como Hilário entra e sai n'*A Greve* e n'*A Batalha*, como ele começa, suspende e acaba *A Sementeira*, no militantismo que fez e naquele que não fez.

Não se pense, porém, que este individualismo possa significar ego-centrismo, porque isso seria tornar incompreensível a realidade. É, isso sim, uma forma específica de entender o colectivo, o social, pela via do individual, pelo desenvolvimento de processos de autonomização do ser individual. Numa época anterior à «sociedade de massa», tal atitude pode talvez ser vista como uma forma de resistência perante o que se desenha em filigrana no horizonte. Mas é, em todo o caso, um modelo de comportamento típico entre os anarquistas, e como tal deve merecer a nossa atenção.

Em segundo lugar, Hilário Marques revela, em toda a sua vida, uma *preocupação de conhecimento*, uma inesgotável vontade de saber, de aprender. É uma atitude que frequentemente poderemos encontrar em outros tipos populares, certamente ligada ao forte sentimento de exclusão cul-

tural que socialmente lhes era imposta. Porém, não encontraremos perturbantes afinidades comportamentais em outros criadores culturais (artistas, escritores), não já socialmente segregados pela origem, mas talvez pela subversão decorrente do seu esforço criador? O que nos parece, de qualquer forma, existir é uma possibilidade de comunicação, de contacto cultural, entre este autodidactismo popular e operário e certos sectores da intelectualidade — fenómeno de que somos incapazes de antever, por ora, todas as suas implicações.

Em terceiro lugar, o nosso homem concebe a sua actividade profissional como um verdadeiro *produtor* de utilidades sociais (apesar de, ironicamente, ter quase sempre produzido navios de guerra), atento às responsabilidades técnicas e económicas da sua função, onde a «consciência profissional» e a «vontade de saber» jogam importante papel. Daí que não haja conflitos aparentes entre a subida na hierarquia profissional e a actividade militante e «mestre Hilário» possa continuar a ser anarquista até ao fim, mesmo se «não praticante».

Em quarto lugar, podemos considerar que Hilário Marques, quer no Arsenal, quer na propaganda, é um *líder participativo*, cujo «individualismo» não impede — antes favorece — a obtenção de solidariedades pontuais ou mais prolongadas, mas que também nunca se isola numa relação dirigente-dirigido (ou activista-activado, no movimento libertário) de tipo hierárquico. Nunca abdicando do seu papel — se necessário, com o maior vigor —, Hilário Marques consegue, num cômputo geral, suscitar colaborações e manter as melhores relações e simpatia com aqueles que o rodeiam.

Em quinto lugar, cremos ter bases para afirmar que este anarquista é, de facto, um *evolutivo* e um *pacífico*, o que não significa que o seu evolucionismo excluísse os traumatismos revolucionários (e já vimos que não, tanto por opiniões — a Revolução Russa — como por actos — o 5 de Outubro), nem que a sua atenção, toda virada para a propaganda, a educação, a auto-aprendizagem organizativa, pudesse ser qualificada de pacifismo. Que tais atitudes não fossem consensuais no meio sindicalista e anarquista da época, é uma evidência, mas elas não podem também ser ignoradas ou menosprezadas. O julgamento de um contemporâneo<sup>20</sup> de que «Hilário Marques prestara grandes serviços ao ideal anarquista, mas espiritualmente não estava totalmente identificado com esse ideal», testemunha, entre outras coisas, a relativa variedade de atitudes então existentes entre os libertários, variedade de que resta identificar os contornos e as contradições.

Finalmente, falando de contradições, é necessário acentuar a maneira como, em Hilário Marques, os seus *valores e crenças invadem a vida privada*, isto é, as relações interpessoais mais estáveis, e como aí se estabelecem em confronto, por vezes contraditório, com os valores e crenças do meio social — o que também prova alguma coisa quanto ao *modo* como, nele, a ideologia política interferia com os comportamentos quotidianos.

Vimos com algum detalhe a configuração e lugar da revista *A Sementeira* no panorama em que se inseria e procurámos descrever os traços

---

<sup>20</sup> De António José de Ávila, transmitido pelo seu conterrâneo e camarada Adriano Botelho, o qual é também autor de uma pequena biografia de Hilário Marques, in *A Ideia*, n.º 5, de Junho de 1976.

principais do seu grande animador, de quem se pode dizer que, sem ele, aquela não teria existido.

Muitas perguntas se poderiam ainda pôr no capítulo da interpretação dos factos.

Era, finalmente, a propaganda do género daquela feita pel'*A Sementeira* uma espécie de elitismo, onde convergem intelectuais radicais e autodidactas operários? Eis uma questão que o não obreirismo da revista pode sugerir.

Estamos, no caso de Hilário Marques, perante um exemplo do agitador saído de uma aristocracia operária ameaçada, ou — num sentido totalmente diferente — perante um «aristocrata do operariado» que troca a sua escalada na hierarquia por um activismo exterior?

Que relações teria tido Hilário Marques com a Maçonaria e a Carbonária? Apenas de conhecimento pessoal com seus membros, de episódicas colaborações, de proximidade ideológica, ou, inclusivamente, de filiação orgânica?<sup>21</sup>

Em que medida pôde haver influências entre os princípios organizativos da hierarquia militar e a hierarquia operária arsenalista, vista a contiguidade institucional entre ambas?

E de que maneira terá jogado o facto de se tratar de uma empresa «nacionalizada» nos comportamentos e no universo ideológico dos arsenalistas, onde o marxismo terá sido sempre dominante (socialistas primeiro, bolchevistas depois)? Não esquecendo, inclusivamente, o sentimento dos técnicos a este respeito.

Eis questões pertinentes a que preferimos, por agora, não dar resposta generalizante, para além dos elementos que a pesquisa pôde revelar.

Não nos interessa especialmente o que, por si sós, a biografia de um militante ou a sociografia de uma instituição possam contar. Mas apreciamos as virtualidades do método monográfico para ir coleccionando e sistematizando informação capaz de, mais tarde, vir a ser confrontada com análises macrosociais, com proveito interpretativo e teórico.

Em conclusão, cremos poder dizer que nos surgiram, com alguma fundamentação factual, os contornos, não de uma personalidade, mas de um certo *tipo* de militante operário e anarquista de uma época que ainda tem certamente muito para nos revelar em termos de conhecimento sociológico. É por aí que será necessário prosseguir.

Hilário Marques ilustra-nos, antes de mais, a figura de um militante que, sendo operário, *não é um líder operário*. Esta qualificação caberá a um Serafim Lucena, a um Bartolomeu Constantino, a um Manuel Joaquim de Sousa ou a um Alexandre Vieira, mas não ao nosso arsenalista. Porém, de um ponto de vista da sociologia histórica, é absolutamente necessário avançar no conhecimento mais íntimo, não apenas dos tribunos, mas igualmente das «segundas figuras» e daqueles que compõem a ignorada «base». Foi neste sentido que nos mereceu interesse a figura de um militante que, nunca tendo aparecido nas ribaltas, manifestou exemplarmente aquela autonomia de iniciativa que a propaganda anarquista tanto põe em relevo.

---

<sup>21</sup> Luz Almeida, na sua contribuição para a *História do Regime Republicano em Portugal*, de Luís Montalvor, indica ter Hilário Marques pertencido à sociedade secreta Bonfim, o que não chega para esclarecer os nossos problemas.

Em segundo lugar, logo nos pareceu essencial a dimensão sociológica que a actividade profissional teria jogado neste caso: um «nivelador» que ascende aos mais altos graus da sua hierarquia laboral! Um anarquista que trabalha para o Estado e constrói navios de guerra! Um revolucionário que é funcionário público durante quase 40 anos! Possam os elementos de informação e análise fornecidos ter servido para uma melhor compreensão destes aparentes paradoxos, é o que desejamos.

Por outro lado, toda a generalização nos surgiu rodeada de perigos. Se o Arsenal e os arsenalistas podem ter algum interesse, é mais pela sua singularidade que pela sua representatividade. E que dizer então dessa restrita zona lisboeta onde toda esta acção se desenrola? Impossível transplantá-la. E o itinerário pessoal do militante, tolhido entre os entusiasmos proselitistas, as relações interpessoais e o inexorável avançar do tempo, marcando épocas, conjunturas — públicas e individuais?

Por tudo isto, também, preferimos por agora ir colhendo dados e relevando conjunções e contradições a uma qualquer arriscada e prematura teorização.

E, pelo que respeita à revista *A Sementeira*, talvez deste trabalho tenha resultado uma contribuição, limitada, mas pertinente, para a compreensão do universo ideológico dos libertários portugueses da época.

Outro não era, de resto, o objectivo desta pesquisa.

Lisboa, Abril 1981.

## ANEXOS

### FONTES

1. Entrevistas com as seguintes pessoas, a quem exprimimos o nosso agradecimento:

D. Violeta Gonçalves Marques (filha de Hilário Marques, que também nos cedeu valiosas fotografias).  
Edmundo José de Sousa (antigo arsenalista).  
António Lopes da Fonseca (antigo arsenalista e empregado da Argibay).  
Edmundo Lopes (empregado da Argibay).  
António Serra (empregado da Argibay).  
Alfredo Ferreira (que nos facultou as suas preciosas colecções).  
Adriano Botelho (militante anarquista).  
Francisco Quintal (militante anarquista).

2. Pesquisas efectuadas no material historiográfico existente nas seguintes instituições, às quais ficamos agradecidos:

Arquivo Histórico da Marinha.  
Biblioteca do Centro de Cultura Libertária, de Almada.  
Arquivo Histórico-Social, do Centro de Estudos Libertários.  
Biblioteca da Associação de Instrução e Beneficência «A Voz do Operário».  
Biblioteca Nacional.  
Biblioteca Pública Municipal do Porto.  
Argibay  
Caixa de Previdência da Indústria de Lisboa.  
Antigo Albergue dos Inválidos do Trabalho.

### 3. Bibliografia principalmente utilizada:

#### Jornais:

*A Aurora.*  
*Amanhã.*  
*A Batalha.*  
*A Conquista do Pão.*  
*Eco do Arsenal.*  
*Germinal* (Lisboa).  
*Germinal* (Setúbal).  
*A Greve.*  
*Lúmen.*  
*Novos Horizontes.*  
*A Obra.*  
*A Sementeira.*  
*Terra Livre.*  
*A Vida.*

#### Livros:

Alexandre Vieira:

*Em volta da Minha Profissão.*  
*Figuras Gradadas do Movimento Social Português.*  
*Para a História do Sindicalismo em Portugal.*

António J. Telo:

*O Sidonismo e o Movimento Operário Português.*

António Ventura:

*Bento Gonçalves: Escritos, 1927-1930.*

A. Ventura e A. Pedroso:

*Emílio Costa e o Sindicalismo.*

Carlos da Fonseca:

*História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal.*  
*Introduction à l'Histoire du Mouvement Libértaire au Portugal.*

Carlos G. A. Loureiro:

*Estaleiros Navais Portugueses (I, Arsenal da Marinha).*

César Oliveira:

*O Operariado e a República Democrática.*

David de Carvalho:

*Os Sindicatos Operários e a República Burguesa.*

Edgar Rodrigues:

*Os Anarquistas e os Sindicatos (Portugal, 1911-1922).*  
*Breve História do Pensamento e das Lutas Sociais em Portugal.*  
*O Despertar Operário em Portugal (1834-1911).*

Fernando Medeiros:

*A Sociedade e a Economia Portuguesas nas Origens do Salazarismo.*

Jacinto Baptista:

*O Cinco de Outubro.*  
*Surgindo Vem ao Longe a Nova Aurora... (Para a História do Diário Sindicalista A Batalha, 1919-1927).*

José P. Pereira:

*As Lutas Operárias contra a Carestia da Vida em Portugal.*

Manuel J. Sousa:

*O Sindicalismo em Portugal.*

Manuel V. Cabral:

*Portugal na Alvorada do Século XX.*

Maurício de Oliveira:

*Armada Gloriosa.*

Vasco P. Valente:

*O Poder e o Povo.*

S. A.:

*Almanaque d'A Batalha para 1926.*

Fotos



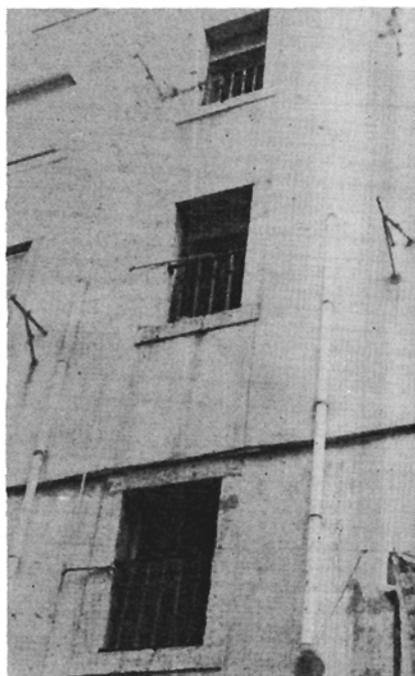


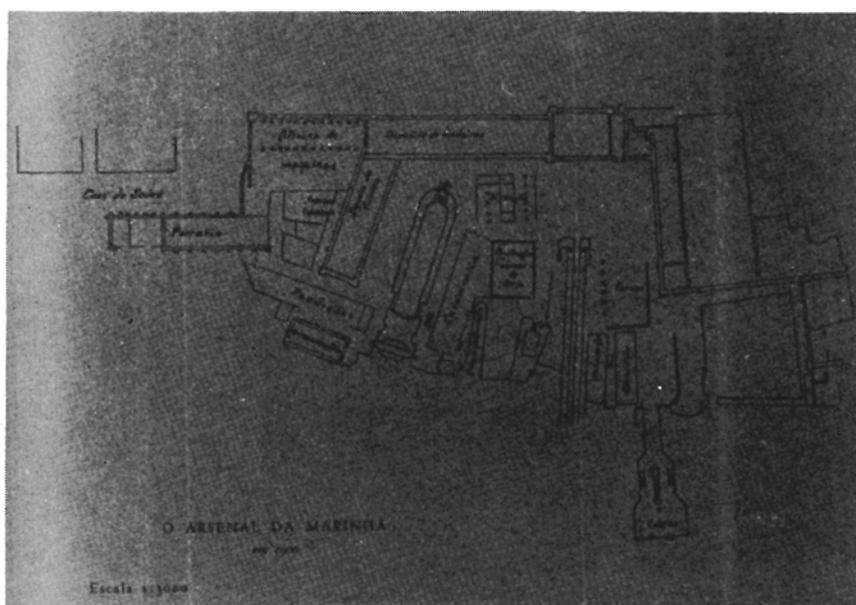
*Primeiro número da 2.ª série*





*Cais do Sodré, n.º 88  
(Feijão Encarnado)*





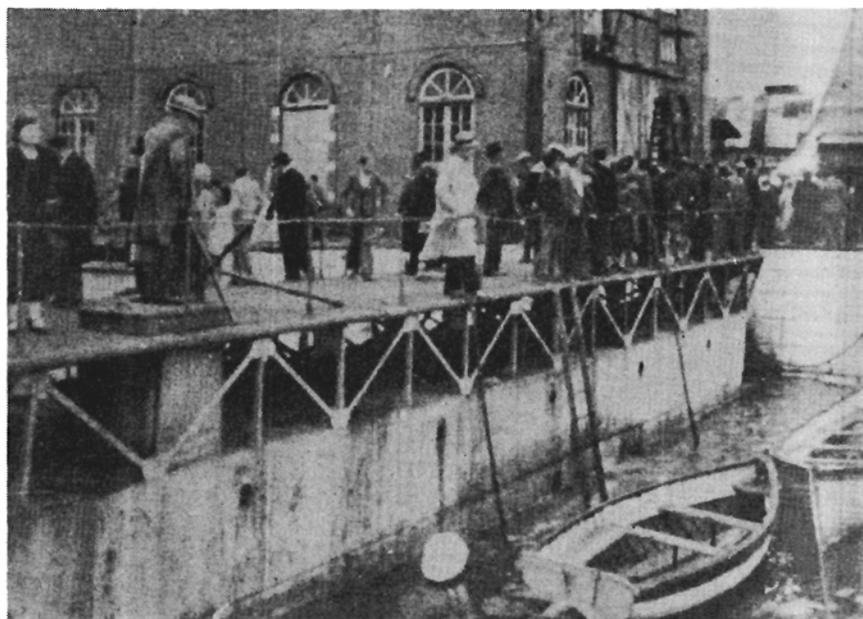
*O Arsenal da Marinha em 1900*



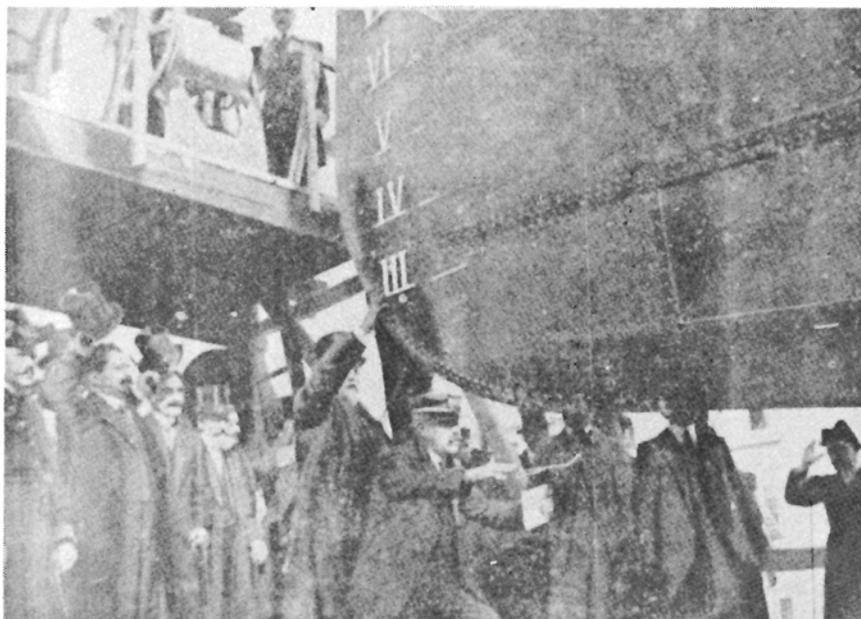
*Rua do Poço dos Negros, n.º 81 (antiga Tipografia)*



*Vista geral do Arsenal da Marinha em 1930*



*Ao fundo a oficina de caldeiras e vapor*



*Lançamento do Guadiana, na presença do Governo (Setembro de 1914)*



*Cooperativa A Fabril Naval*



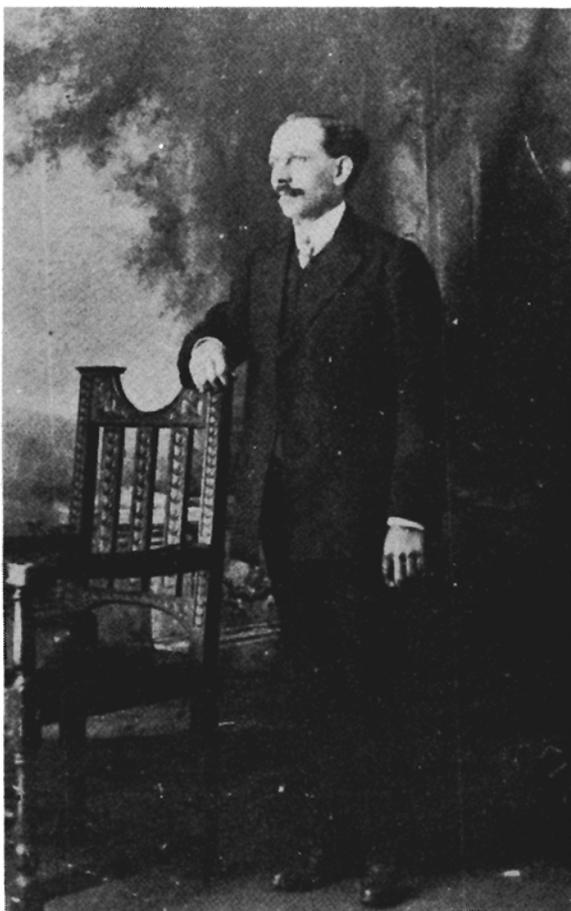
Do livro de matrícula do Arsenal: Hilário Marques



*Hilário Marques (jovem)*



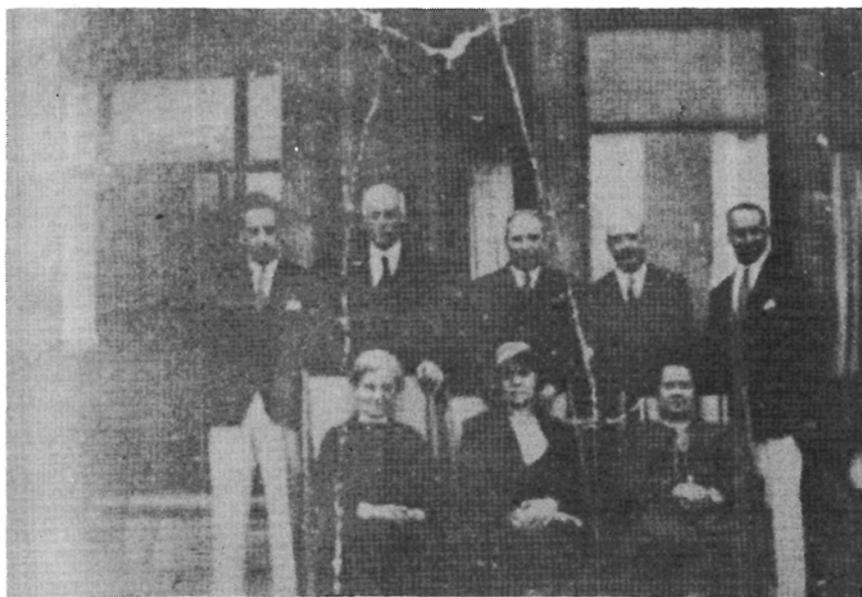
*Hilário Marques, já depois dos 30 anos*



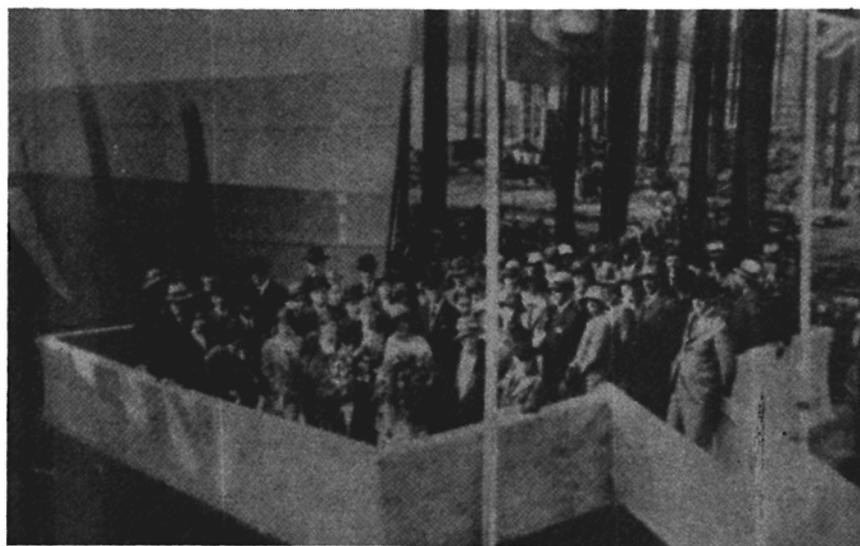
*Hilário Marques, já depois dos 30 anos*



*Construção de navios em Inglaterra (1932-33)*



*Hilário Marques e sua mulher, ao centro  
(Praia de Whitley Bay, 7/8/932)*



*Construção de navios em Inglaterra (1932-33)*



*Hilário Marques na Escócia  
(Hebburn on Tyne),  
junto ao navio  
Gonçalo Velho  
(6-9-932)*



*O irmão de Hilário Marques  
com o comandante  
Azevedo Franco*